



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CARLOS IDELFO ARAÚJO BANDEIRA**

**OS DESAFIOS DE UM BANCO SOLIDÁRIO NA PERIFERIA DO MUNICÍPIO DE  
FORTALEZA**

**FORTALEZA - CE**

**2021**

CARLOS IDELFO ARAÚJO BANDEIRA

OS DESAFIOS DE UM BANCO SOLIDÁRIO NA PERIFERIA DO MUNICÍPIO DE  
FORTALEZA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio George Lopes Paulino.

FORTALEZA - CE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- B164d    Bandeira, Carlos Idelfo Araújo.  
          Os desafios de um banco solidário na periferia do município de Fortaleza / Carlos Idelfo Araújo  
Bandeira. – 2021.  
          89 f. : il.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,  
          Curso de Ciências Sociais, Fortaleza, 2021.  
          Orientação: Prof. Dr. Antônio George Lopes Paulino.
1. Economia Solidária. 2. Banco Palmas . 3. Conjunto Palmeiras. I. Título.
- CDD 300
-

CARLOS IDELFO ARAÚJO BANDEIRA

OS DESAFIOS DE UM BANCO SOLIDÁRIO NA PERIFERIA DO MUNICÍPIO DE  
FORTALEZA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: 16/04/2021

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Antônio George Lopes Paulino  
(Orientador)  
Universidade Federal do Ceará

---

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho  
Universidade Federal do Ceará

---

Profa. Ms. Rita Cláudia Aguiar Barbosa  
Universidade Federal do Ceará

Dedico este trabalho à memória do Sr. Augusto Barros, um dos principais líderes comunitários do Conjunto Palmeiras, que morreu este ano vítima da Covid-19. (†20 de março de 2021)

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador - Prof. Dr. George Paulino, por toda atenção dispensada a mim e a minha turma como professor de antropologia e orientador desta monografia. Além de professor e orientador, o prof. George Paulino foi uma das principais referências bibliográficas deste trabalho.

Às Professoras Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho e Ms. Rita Cláudia Aguiar Barbosa pela participação na banca examinadora desta monografia e em nome destas, agradeço a todos os mestres do Curso de Ciências Sociais da UFC.

Ao Senhor Joaquim Melo, fundador do Banco Palmas, agradeço pela entrevista concedida e pelo exemplo de dedicação ao Conjunto Palmeiras. Certamente o seu trabalho juntamente com os de outros moradores e dos líderes comunitários foi profícuo no desenvolvimento econômico e social desse conjunto residencial, hoje Bairro de Fortaleza.

A minha esposa Ana Lúcia de Oliveira Araújo, meus enteados Mariana de Oliveira Ferreira e Pedro Levi de Oliveira Ferreira, minha mãe Francisca Ideíde Araújo Bandeira, minha irmã Carla Teíde Araújo Bandeira Mendes, minha sobrinha Iasmin Araújo Bandeira Mendes e meu cunhado Stellio Silva Mendes, este sempre disposto a ajudar nas horas mais urgentes e necessárias, assim como os meus amigos Fernanda Cavalcante Barbosa e Silva e Francisco Helder Barbosa e Silva.

Aos amigos e colegas da Faculdade de Ciências Sociais da UFC, que ingressaram comigo em 2014, muitos já são bacharéis, licenciados, mestres e outros acabaram ficando pelo caminho, porém todos (as) foram importantes durante o meu percurso acadêmico nesses últimos anos.

Nós não precisamos de muita coisa. Só precisamos uns dos outros. (Carlito Maia)

## RESUMO

Este trabalho consiste em um estudo de caso sobre o Banco Palmas – Banco Comunitário de Desenvolvimento, localizado no Bairro Palmeiras, na periferia da cidade de Fortaleza-CE – que possui atuação de finanças solidárias de apoio às economias populares estruturadas a partir de dinâmicas associativas locais. A questão central consiste em responder como o Banco Palmas procura superar desafios da economia capitalista e manter-se fiel aos princípios da economia solidária, desde a sua fundação até o momento atual. O objetivo geral será descrever como o Banco Palmas procurou superar os desafios da economia capitalista e manter-se fiel aos princípios da economia solidária desde a sua fundação até o momento atual e os objetivos específicos: identificar as estratégias utilizadas pelo Banco Palmas no campo da economia solidária; descrever como o Banco Palmas procurou, ao longo do tempo, manter-se fiel aos princípios da Economia Solidária e avaliar se o Banco Palmas atinge o seu propósito de Banco Solidário. O método utilizado foi de uma pesquisa qualitativa com estudo de caso, realizando pesquisa bibliográfica e entrevista com o fundador do Banco Palmas, Joaquim Melo, com a transcrição na íntegra da entrevista e a utilização da técnica de análise de conteúdo. Sobre os resultados da pesquisa, pode-se destacar que o Banco Palmas possui e adota práticas coerentes aos valores e princípios nos termos da teoria e estado da arte sobre economia solidária no Brasil.

**Palavras-chave:** Economia Solidária 1. Banco Palmas 2. Conjunto Palmeiras 3.



## ABSTRACT

This work consists of a case study about Palmas Bank - Community Development Bank, located in Palmeiras District, on the outskirts of the city of Fortaleza-CE - which has solidarity finance activities for supporting popular economies structured from local associative dynamics. The central question is to answer how Palmas Bank seeks to overcome challenges of the capitalist economy and remain faithful to the principles of solidarity economy, from its foundation to the present moment. The general objective is to describe how Palmas Bank sought to overcome the challenges of the capitalist economy and remain faithful to the principles of solidarity economy from its foundation to the present moment and the specific objectives are: to identify the strategies used by Palmas Bank in the field of Solidarity Economy; to describe how Palmas Bank sought over time to remain faithful to the principles of Solidarity Economy and to assess whether Palmas Bank achieves its purpose as a Solidarity Bank. Regarding the method, this is a qualitative research with a case study; were conducted a bibliographic research and an interview with the founder of Palmas Bank Joaquim Melo, with the full transcript of the interview and the use of the content analysis technique. Regarding the research results, it can be highlighted that the Palmas Bank has and adopts practices that are consistent with the values and principles of Solidarity Economy in Brazil, considering its theory and state of art.

**Keywords:** Solidarity Economy 1. Palmas Bank 2. Palmeiras District3.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>2 ANTROPOLOGIA ECONÔMICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA .....</b>   | <b>14</b> |
| <b>3 CONJUNTO PALMEIRAS E O BANCO PALMAS .....</b>   | <b>24</b> |
| <b>4 APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS ENTRE O FUNDADOR DO BANCO PALMAS E OUTROS<br/>PESQUISADORES.....</b>          | <b>40</b> |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>51</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>54</b> |
| <b>APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O SENHOR JOAQUIM MELO, FUNDADOR DO<br/>BANCO PALMAS .....</b>    | <b>58</b> |
| <b>APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM O SENHOR JOAQUIM MELO,<br/>FUNDADOR DO BANCO PALMAS.....</b> | <b>60</b> |
| <b>ANEXO A - BANCO PALMAS 20 ANOS CONECTADO .....</b>  | <b>83</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

“Há no mundo o bastante para todos, mas não para a ganância de poucos”. (GANDHI)

Esta monografia tenta contextualizar o leitor sobre a discussão de economia solidária e a vivência prática de um banco solidário na periferia do município de Fortaleza, o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) do Brasil – O Banco Palmas. Em 20 de janeiro de 2018 comemorou-se 20 anos de Banco Palmas. O Brasil contava, nesta época, com uma Rede de 113 BCDs, distribuídos por 20 estados e 90 municípios (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2018) (Ver Anexo A).

Em 4, 5 e 6 de setembro de 2018 comecei este trabalho, participando de um evento global de bancos solidários de desenvolvimento, realizado pelo Banco Palmas e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários<sup>1</sup>, com apoio institucional da Ashoka, Cepal, Fundação Demócrito Rocha, MIT- Colab e Primujer na cidade de Fortaleza-CE. O evento contou com Bancos comunitários do Brasil e de outros países da América Latina e grupos/laboratórios universitários, além de movimentos sociais, empresas, empreendedores sociais, outras instituições financeiras.

Particpei também do curso Pedagogia do Oprimido, com o facilitador professor Ladislau Dowbor, um estudo detalhado do seu livro “A Era do Capital Improdutivo”, baseado em pensamentos de uma economia freiriana e que busca decodificar o *mainstream / stablishment*, no qual apenas 0,1%<sup>2</sup> das pessoas são beneficiados diretos da jogatina de financeirização da economia mundial, pondo o mundo em um colapso social, econômico e ambiental. Esse estudo ajudou a compreender o mundo das narrativas das elites econômicas e, desmistificando-as, vislumbrou possibilidades de outro mundo possível, dentro de um panorama de outras economias viáveis, por considerar, nesse sentido, a economia solidária como um aspecto importante que consegue destaque nacional e internacional no enfrentamento possível ao capitalismo draconiano da atualidade.

---

1 Paulino (2012) vê em parcerias como essa importância fundamental de um movimento amplo, de pluralidade institucional e cultural, que realiza a fluência de símbolos e práticas entre as dimensões local e global, instituindo uma esfera pública que transcende a lógica da localidade.

2 Pensávamos que era 1% na verdade é um milésimo. É o 10% de 1% [ou seja = 0,001%, um por mil ou permilagem]. É inacreditável isso, mas é a estatística que nós conhecemos. [Paul Singer em conferência de encerramento do I CONPES em 19 de junho de 2015] (SINGER, 2017, p. 18).

Assim, segundo Dowbor (2017), 6 milhões de pessoas morrem de fome no mundo por ano. A economia põe em cheque a ética e a civilização, pois a desigualdade é um problema ético, político e econômico, portanto humanitário. Faz-se necessário, para o professor, uma “democracia econômica” na qual os interesses de todos os setores da sociedade, incluindo os mais pobres, sejam levados em consideração nos processos decisórios (públicos e privados) e não apenas os das elites financeiras, como ocorre na economia moderna.

No mesmo sentido, Singer (2017, p. 19) diz que na atualidade o capitalismo “é incapaz de suportar e conviver com os valores das democracias que estão em vigor em todos os países, sem exceção”.

Sá (2017), corroborando com Singer, cita dois *best-sellers* do campo da economia - Stiglitz e Rifkin - que demonstram a crise que o capitalismo passa nos dias atuais: para Stiglitz, as desigualdades sociais na América estão, de uma forma acelerada, pondo em risco as democracias e corroendo a justiça. Já Rifkin vislumbra tempos sombrios para o capitalismo neoliberal, em que a internet moverá o mundo nos próximos 50 anos para “uma era de bens e serviços quase gratuitos” em direção a “um sistema de Bens Comuns Colaborativos enquanto modelo dominante de organização da vida econômica” (RIFKEN *apud* SÁ 2017, p.82-83).

Como alternativa a esses problemas antidemocráticos da economia e na política capitalista, Gaiger (2004) acredita na Economia Solidária:

Os empreendimentos solidários enraízam-se na comunidade, promovem a participação, dinamizam redes de interação e fomentam a democracia política. As práticas de autogestão desses empreendimentos os configuram como um ‘espaço público autônomo’ (Laville, 2002:3) ou como “espaços públicos de proximidade [...] permitindo aos que neles participam, tomar a palavra, debater, decidir e levar à obra projetos econômicos em resposta aos problemas sociais que encontram” (Caillé; Laville, 1996:86). (GAIGER, 2004, p.824)

Dessa forma, as inquietações desta monografia são as mesmas de muitos pesquisadores que não se resignam aos rumos que a economia capitalista tomou de pensamento único de “lucro pelo lucro” sem qualquer preocupação social e ambiental, pelo contrário, almeja-se a companhia do exemplo e das palavras de Paulo Freire (2015): “lutando por uma sociedade menos malvada”.

O pesquisador, por coerência, por disciplina, deve ligar a apropriação de qualquer ideia a sua concepção de mundo, em primeiro lugar, e em seguida, inserir essa noção no quadro teórico específico que lhe serve de apoio para o estudo dos fenômenos sociais (TRIVIÑOS, 1987, p.13)

Este é, por exemplo, o campo epistemológico do autor desta pesquisa e de muitos outros pesquisadores docentes e discentes que se reúnem periodicamente em torno dos eventos

do Fórum Social Mundial e de outros eventos alternativos aos estudos hegemônicos no campo da economia. O autor desta monografia teve a oportunidade de participar em 2009 do Fórum Social Mundial na cidade de Belém-PA (Brasil), que serve, até hoje, como memória afetiva para continuar a acreditar que a construção de uma outra sociedade mais justa é possível, mesmo em tempos sombrios como o que vivemos na atualidade no Brasil, marcado pela crise sanitária do Covid-19 e a pelas crises econômica, política e social do Governo Brasileiro. Em 2008, nesta mesma corrente de pensamento, o mesmo autor escreveu o trabalho acadêmico *Microcrédito Emancipatório no Nordeste do Brasil?: estudo de caso do crediamigo comunidade nos municípios de Caucaia – CE e Maranguape – CE* (BANDEIRA, 2008).

Esses estudos alternativos, dentro da concepção do pensamento do professor português Boaventura de Sousa Santos, se enquadram na lógica de ecologias de produtividades, alternativas a economia capitalista, dentro do escopo da sociologia das ausências<sup>3</sup>, da sociologia das emergências<sup>4</sup>, do procedimento de tradução<sup>5</sup> e das epistemologias do Sul<sup>6</sup>. A Economia Solidária enquadra-se, por meio da sociologia das ausências, em uma das ecologias pensadas para substituir a monocultura da produtividade capitalista – a ecologia das produtividades<sup>7</sup>.

Para Laville (2017, p. 23) a economia solidária se reivindica também ser “uma abordagem substantiva<sup>8</sup> na qual a economia tem origem na dependência do homem à natureza e aos seus semelhantes para garantir a sua sobrevivência”.

Esta pesquisa, dessa forma, buscará responder a seguinte **questão principal: Como o Banco Palmas procura superar desafios da economia capitalista e manter-se fiel aos princípios da economia solidária desde a sua fundação até o momento atual?**

---

3 A Sociologia das Ausências é um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não existente, como uma alternativa não crível, como uma alternativa descartável, invisível a realidade hegemônica do mundo. (SANTOS, 2007, p. 29).

4 A Sociologia das Emergências produz experiências possíveis, que não estão dadas porque não existem alternativas para isso, mas são possíveis e já existem como emergência. (SANTOS, 2007, p. 38).

5 A tradução é um processo intercultural, intersocial (...). Tentar saber o que há de comum entre um movimento de mulheres e um movimento indígena, entre um movimento indígena e outro de afrodescendentes, entre este último e um movimento urbano ou camponês, entre um movimento camponês da África e um da Ásia, onde estão as distinções e semelhanças. Por que? Porque é preciso criar inteligibilidade sem destruir a diversidade. (SANTOS, 2007, p. 40).

6 Propus um exercício: reunir cientistas sociais do Sul e tentar realizar um projeto que se chamou "Reinventar a emancipação social a partir do Sul" (ou seja, dos países periféricos e semiperiféricos do sistema mundial), para permitir que as ciências sociais se reunissem e organizassem internacionalmente fora dos centros hegemônicos. (SANTOS, 2007, p. 21).

7 A Ecologia das Produtividades - No domínio da quinta lógica, a lógica produtivista, a Sociologia das Ausências consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogestionadas, **da economia solidária**, etc. que a ortodoxia capitalista ocultou ou desacreditou. [grifo nosso] (SANTOS, 2007, p. 36).

8 Sobre abordagem substantiva na economia ver Guerreiro Ramos (1989).

A resposta para esta questão virá por meio do atendimento dos seguintes objetivos: objetivo geral - descrever como o Banco Palmas procurou superar os desafios da economia capitalista e manter-se fiel aos princípios da economia solidária desde a sua fundação até o momento atual e dos objetivos específicos - identificar as estratégias utilizadas pelo Banco Palmas no campo da economia solidária; descrever como o Banco Palmas procurou ao longo do tempo manter-se fiel aos princípios da Economia Solidária e avaliar se o Banco Palmas atinge o seu propósito de Banco Solidário.

Para tanto, buscou-se adotar a postura de um trabalho sociológico proposta por Mills (2009), utilizando a linguagem mais simples e clara possível, evitando jargões e o “sociologuês”, ou dito de outra forma: ser um artesão intelectual despretensioso, buscando e praticando a imaginação sociológica, apreendendo a história e a biografia e a relação entre as duas na sociedade.

Sobre a metodologia utilizada neste trabalho, foi realizada uma pesquisa qualitativa com estudo de caso do Banco Palmas e pesquisa bibliográfica sobre antropologia econômica, economia solidária, especialmente referências sobre o Banco Palmas e o Conjunto Palmeiras, destacando-se a respeito destas 4 teses de doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFC (MATTOS, 2012; PAIVA, 2015; PAULINO, 2012 e RODRIGUES, 2016), além do livro de autoria de Joaquim Melo, fundador do Banco Palmas e um dos principais líderes comunitários do Conjunto Palmeiras (MELO, 2014). Após essa revisão teórica, sentiu-se a necessidade de realização de uma entrevista com o Senhor Joaquim Melo, elaborando-se o roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A) e, posteriormente, a transcrição da entrevista realizada em 19 de março de 2021, com duração de 1h33m39s, de forma virtual – por meio do *google meets* – (APÊNDICE B). Por fim, foi realizada a análise de conteúdo com a identificação de algumas categorias-chaves sobre economia solidária, levando-se em consideração a revisão teórica e a entrevista realizada. As principais referências utilizadas em relação a metodologia científica foram: Bardin (1977), sobre análise de conteúdo; Richardson (1999) sobre métodos e técnicas de pesquisa; Triviños (1987), sobre epistemologias na pesquisa qualitativa e Yin (2005), sobre estudo de casos.

Com o intuito de tornar a leitura mais fluida a todos os leitores com diferentes níveis de compreensão da temática, o autor produziu 39 notas explicativas de rodapé e 4 quadros sínteses, além de reproduzir na íntegra a entrevista com o Sr. Joaquim Melo, tendo sido alguns trechos suprimidos por serem inaudíveis da gravação *on-line* ou considerados repetitivos.

Destarte, no capítulo 2 foi feita uma revisão teórica do tema economia solidária e antropologia econômica; no capítulo 3 foi realizado um resgate histórico da experiência do

Banco Palmas, em especial trabalhos acadêmicos mais relevantes realizados no Conjunto Palmeiras no âmbito das Ciências Sociais; no capítulo 4, o autor fez a análise de conteúdo da entrevista com o referencial teórico trabalhado nesta monografia e no capítulo 5 o autor faz as considerações finais do trabalho, na tentativa de responder à questão deste trabalho acadêmico.

## 2 ANTROPOLOGIA ECONÔMICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

“Numa sociedade onde o ter é mais importante do que o ser, com todos os problemas, contradições e desigualdades sociais, econômicas, culturais, ambientais, emocionais, éticos e etc., podemos afirmar que a pobreza não se restringe ao acesso de bens e recursos, mas inclui a fragilização de laços sociais e pertencimento, a baixa autoestima, a violência, a solidão, a dominação política, a destruição ambiental, a dependência química, entre tantas outras expressões da questão social”. (FERRARINI, 2007, p. 73)

Shalins (1978, p. 10) relata que “o sistema de mercado industrial institui a escassez de modo jamais visto em qualquer outra parte”, diferentemente do que ocorria nas sociedades nômades de coletores e caçadores que possuíam uma “espécie de abundância material” ou pelo menos, um sentimento de abundância material, visto que não existia a preocupação de “entesouramento” ou de status econômico/social. Para os povos nômades, mobilidade e propriedade são contraditórias; quanto menos possuam, mais podem viajar confortavelmente, por isso são indiferentes às posses materiais.

Como disse Marcel Mauss – o Homem Econômico é construção burguesa – “não depois de nós, mas antes, como o bem moral”. Não que os caçadores e coletores tenham refreado seus ‘impulsos materiais’, simplesmente nunca os instituíram. (...) como se contentam com uma vida simples, nenhum deles se entrega ao demônio para adquirir riqueza (LEJEUNE, 1897, p. 231, *apud* SHALINS, 1978, p. 19-20)

Na conclusão de seu texto, Shalins (1978) faz uma reflexão que continua atual para o século XXI:

Acima de tudo, que dizer do mundo atual? Diz-se que metade da humanidade vai dormir com fome todas as noites. Durante a velha idade da pedra, essa fração deveria ser muito menor. Esta é, sem precedentes, a era da fome. Hoje, numa época de imenso poder tecnológico, a inanição é instituição. Invertamos outra fórmula venerável: a quantidade de fome cresce relativa e absolutamente de acordo com a evolução da cultura (SHALINS, 1978, p. 41).

Singer (2002) dá exemplos de como as desigualdades sociais são construídas e acumuladas no capitalismo:

Vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos. Os descendentes dos que acumularam capital ou prestígio profissional, artísticos etc. entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais. (SINGER, 2002, p. 8-9)



As mudanças para a economia de mercado se deram paulatinamente e seu início data do século XIX, segundo França-Filho e Laville (2004, p. 35).

A sociedade do século XIX aparecera diante daquelas que a antecederam como portadora de uma inovação fundamental: a atividade econômica encontrava-se isolada e atribuída a um mecanismo auto regulador, isto é, aquele de troca que assegura a distribuição dos bens por meio, unicamente, dos preços, neste sistema econômico que é a economia de mercado.

Outro autor, Lisboa (2005), caracteriza o capitalismo e alguns questionamentos críticos durante o século XX:

Milton Friedman afirma que há uma e apenas uma responsabilidade social para o capital, sem aumento por meio da acumulação de lucros, sem compromissos com o lugar onde está contingentemente. O lucro se tornaria um fim em si mesmo, desprovido de qualquer caráter eudemonista ou hedonista, o que transcenderia o bom senso comercial. (...) esse atributo do capitalismo foi descrito por Karl Polanyi como desincrustamento da esfera da economia: superação da economia das dimensões culturais, políticas e éticas, conferindo-lhe autonomia, mas também privando-a de seu caráter substantivo. (LISBOA, 2005, p. 110).

Sobre o pensamento de Karl Polanyi, Laville (1997) *apud* Gaiger (2004, p. 822) descreve que o autor:

apresenta a economia moderna articulada em três campos originários: a economia mercantil, a economia não mercantil e a economia não monetária, as quais correspondem, respectivamente, os princípios do mercado, da redistribuição e da reciprocidade. O terceiro elemento compreende iniciativas e processos de vida associativa em que predominam fatores humanos e relações de troca a longo termo, orientadas por uma racionalidade não-estatal e não mercantil.

Para Lisboa (2005), a construção de uma economia mais justa implica em mudanças necessárias nos estilos de vida das pessoas que rompem com a ambição do “*ethos* capitalista”, caso contrário, eles continuarão reféns do modos *operandi* do mercado.

Nessa mesma linha, Reintjez (2008, p.88) enfatiza que “o desafio consiste em repensar, reorientar, e reconstruir a economia, para colocá-la a serviço do ser humano e da natureza”. Ela critica o pensamento neoliberal, pois ele reduz-se ao seu valor produtivo e mercantil e não pensa o impacto social, cultural e ambiental da atividade econômica, apenas endeuza e atiza a competição entre os atores sociais e econômicos, colocando o paradigma social e do meio ambiente a serviço da produção econômica e de parâmetros utilitaristas e mercantilistas. Essa autora nos lembra que nas últimas décadas, o lema do Fórum Social Mundial tem ganhado notoriedade: “outro mundo é possível”, e que Economia Alternativa e Solidária contribui na construção desse outro mundo. Para ela “não existe a transformação política e social se não há transformação econômica”.

Para esses autores, a economia solidária defende uma economia plural que possa se originar por diversos princípios econômicos e não unicamente do mercado, encontrando uma hibridação entre essas economias e buscando as vantagens da economia mercantil (lucro) não mercantil (redistribuição) com aquelas não monetárias (domesticidade e reciprocidade).

Conforme Reintjez (2008, p. 93) “a economia alternativa e solidária é rebelde. Tem potencial subversivo de empoderamento das comunidades e transformação social”. Enquanto para Singer (2002) – o objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é dar trabalho e renda para quem precisa e difundir um modo democrático e igualitário de organizar as atividades econômicas, por meio da autogestão dos empreendimentos na qual a autoridade maior é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração. Para este autor, a economia solidária se diferencia do capitalismo pelos princípios e modo de produção em torno da propriedade coletiva. Entende que ela foi concebida para ser uma alternativa melhor para a vida das pessoas.

Se a economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual (...) o que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção (SINGER, 2002, p.10).

Assim para Singer (2002) o capitalismo e as suas contradições peculiares criam oportunidades de desenvolvimento de organizações solidárias cuja lógica e modo de produção são opostas ao paradigma econômico dominante

O que força a economia solidária a intervir e a crescer é, sobretudo, o desemprego. Nós no Brasil criamos economia solidária. Quando falo nós, principalmente a Igreja, principalmente a Cáritas, e antes de tudo a imensa crise que havia nos anos 1980 e 90, as duas décadas perdidas em que milhões e milhões de brasileiros ficaram no olho da rua, perderam as casas e houve suicídios econômicos que eu não sei dizer. A economia solidária foi inventada para acolher essas pessoas, que talvez não tivessem outro destino a não ser se matar. [Singer falando sobre a Economia Solidária no cenário nacional no seu início nas décadas de 1980 e 1990] (SINGER, 2017, p.20).

Sanchez (2017)<sup>9</sup> e Sá (2017)<sup>10</sup> refletem como o contexto socioeconômico brasileiro na década de 1980 é parecido ao dos outros países da América do Sul e da região latino-americana e como esse cenário político permitiu florescer a economia solidária na região.

---

9 Sanchez (2017, p.89, grifos nossos) demonstra que na década de 1980 a América Latina estava passando por dois processos concomitantes e paralelos, um de ordem econômica e outro de ordem político-social, determinantes para o (re)surgimento da Economia Solidária, **respectivamente a década perdida do ponto de vista econômico** e por outro lado a década de imensa “invenção democrática” e politização da sociedade, tendo como grande marco o processo de mobilização dos movimentos sociais em torno da **luta pela redemocratização após longo período de ditaduras que assolou a região**.

10 No espaço latino-americano, a economia solidária contribui decididamente para a criação de um estado social de direito e para a coesão social em sociedades altamente fraturadas. (...) Se muitas organizações são

No Brasil, segundo Gaiger (2004), a expansão de iniciativas de economia solidária se expande por restrições e crise no mercado de trabalho e por ações mobilizadoras da sociedade civil na direção de soluções coletivas, caracterizando essas iniciativas como um novo campo de práticas que:

- a) assumem, em dose variável, um caráter coletivo no tocante à posse dos meios de produção, ao processo de trabalho e à gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas e provocando envolvimento com os problemas da comunidade e com as lutas pela cidadania;
- b) tendem a criar ou reforçar inúmeras instâncias de mediação e representação, tais como uniões associativas, federações cooperativas, redes de intercâmbio e organizações de fomento. À medida que logram fazer da cooperação produtiva e da sua articulação alavancas que as sustentam e as qualificam na economia contemporânea, adquirem chances de constituir uma economia do trabalho voltada à "reprodução ampliada da vida" (Hillencamp, 1997:36; 2001a:6), a que imprimem um sentido e uma possibilidade emancipatória;
- c) por sua inserção social e comunitária, cumprem adicionalmente uma série de funções, em saúde, educação, defesa de minorias, preservação ambiental etc., todas de interesse comum. A economia solidária coteja-se com o setor privado na criação de postos de trabalho e, com o Estado, na oferta de serviços sociais. Tende a rejeitar a separação entre o social e o econômico, a reconciliar a eficiência com a cooperação no trabalho e a estabelecer os fundamentos de uma socioeconomia (Arruda, 1998); e
- d) alinham-se ao fenômeno mais amplo da economia alternativa, que abrange múltiplos segmentos sociais, agentes e instituições e se apresenta como um movimento de crítica global ao sistema econômico capitalista, de acentuada tendência a encetar iniciativas concretas, em vista do desenvolvimento humano integral, individual, social e ecológico (Camacho, 1996). Participar dessas experiências contribui para a formação de identidades culturais, para subjetivações auto referenciadas. Confluindo de diferentes situações concretas, das quais emergem e nas quais assentam suas identidades particulares, essas iniciativas se reconhecem mutuamente em tais práticas e valores e no ideal de transcendência histórica que as impulsiona. (GAIGER, 2004, p. 803).

Para Lisboa (2005), é fundamental perceber o componente híbrido que os empreendimentos da economia solidária se encontram, pelo simples fato de estarem no mercado. Para ele, a denominação socioeconomia<sup>11</sup> solidária é mais adequada, pois explicita tanto a amálgama da economia na sociedade quanto a sua subordinação a ela. Desse modo,

é preciso deixar claro que uma das originalidades da economia solidária é estar no mercado sem se submeter à busca do lucro máximo, como se evidencia pela prática do preço justo pelos seus empreendimentos. (...) **Quando um empreendimento econômico abre a mão da possibilidade de maximizar o lucro em função duma perspectiva social e ecológica, então essa empresa tem uma postura solidária dentro da troca mercantil. Essa é a novidade da economia solidária.** (LISBOA, 2005, p. 109, grifo nosso).

---

formalmente constituídas, outras integram a economia informal, emergindo, pouco a pouco, da “economia subterrânea”, na qual nasceram e deram os primeiros passos. (SÁ, 2017, p. 79).

11 “A expressão socioeconomia aponta para a compreensão de que a economia não é um fim supremo, mas apenas um instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana.”(LISBOA, 2005, p.110)

Nesse mesmo caminho, De Souza (2017) demonstra um pouco a maturidade que duas décadas deixaram de ensinamento sobre o caminho percorrido pela economia solidária:

Por vezes, ainda se fala que a economia solidária não pode existir “fora do mercado” ou dentro do capitalismo. Porém, é de fato impossível a existência de um empreendimento econômico solidário fora do mercado. Este existe desde a antiguidade e tende a prosseguir por tempo indeterminado, ou seja, o mercado é pré-capitalista e deverá ser também pós-capitalista. **O que o movimento da economia solidária realiza é a organização de empreendimentos econômicos tão igualitários e democráticos quanto possível.** (DE SOUZA, 2017, p. 102, grifo nosso).

O conceito de economia solidária é elaborado, no início dos anos 90 na França, fruto, sobretudo das pesquisas desenvolvidas no Crida em Paris (*Centro de Recherche et d'information sur la Democratie et l'Autonomie*), sob a coordenação de Jean Louis Laville (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Para esses autores, o grande desafio da maioria das experiências de economia solidária é de manter sua autonomia, diante de constrangimentos do mercado e dos poderes públicos. Além disso, eles identificam na Economia Solidária uma vocação para articular na sua ação organizacional uma dupla dimensão de luta por renda e de luta por direitos sociais, destacando 5 grandes traços característicos das iniciativas de economia solidária:

- Pluralidade de princípios econômicos;
- Autonomia institucional;
- Democratização dos processos decisórios;
- Sociabilidade comunitário-pública;
- Finalidade multidimensional;

Para França Filho e Laville, no Brasil, amplas camadas da população sempre estiveram privadas de acesso aos circuitos formais de emprego e sobrevivem graças a diferentes formas de solidariedade tecidas nas redes comunitárias, por exemplo, os mutirões.<sup>12</sup> Eles citam como importantes desafios a serem superados pela Economia Solidária:

- Melhorar as condições mais gerais que afetam o nível de vida das pessoas como as infraestruturas espaciais, a conquista de direitos, a participação política, etc.

---

12 O mutirão é um sistema de auto-organização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos. Ele consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 179).

- Afirmar-se um agir no espaço público. Isto implica ir além de uma dinâmica comunitária que restringe os benefícios da sua ação ao grupo interno, isto é, apenas a própria organização e seus membros.

Para Lisboa (2005), a socioeconomia solidária depende, em primeiro lugar da adesão das pessoas aos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade, tendo um outro modo de produção e um poder civilizatório maior que o capitalismo. Esse autor estabelece critérios (indicadores sociais, econômicos e ambientais) para avaliar a solidariedade numa empresa:

- Quais valores são predominantes (instrumentais ou substantivos, competitivos ou solidários)?
- O empreendimento permite fortalecimento da identidade e do processo de empoderamento local? Como se incorporam as dimensões etnia e gênero dentro da empresa? É fundamental verificar os rendimentos auferidos por gênero e etnia. Poder-se-iam construir aqui alguns indicadores culturais.
- Ocorre a inserção de pessoas excluídas? Qual a condição de saúde dos trabalhadores? Que doenças são encontradas? Em que condições vivem?
- Presença de exploração do trabalho. Isso se observa por meio da diferença nos rendimentos entre dirigentes e trabalhadores, pela percentagem de trabalhadores assalariados, pelo ritmo do trabalho, pelo tempo trabalhado (horas, dias, etc.) e pela presença de trabalho infantil.
- Como se dá a repartição do excedente? Possibilita-se a formação e qualificação dos trabalhadores? Existe fundo destinado à educação dos membros do empreendimento? Existe investimento em PeD voltado para a melhoria das condições de trabalho?
- Qual o grau de participação dentro da empresa? A propriedade desta é individual ou coletiva? Há transparência na gestão, bem como rotatividade de funções? Que funções existem/ Vige o princípio quem suja limpa?
- Avaliar a territorialidade, ou seja, o compromisso que a firma tem com seu território circundante. Qual o percentual de utilização dos recursos locais? Há participação de natureza sociopolítica nas redes locais?
- Ocorre a intercooperação? Que alianças político-econômicas existem? Qual a porcentagem da cadeia produtiva vinculada as redes de empreendimentos solidários?
- Praticam preços justos? Ocorre a prática de consumo responsável e solidário? Aqui cabe verificar toda a cadeia produtiva em que se insere a empresa, avaliando se os produtos que ela manipula foram produzidos por meio de trabalho degradante e/ou de espoliação ambiental. (LISBOA, 2005, p. 113-114)

Singer (2002), Schutz (2008) e Coraggio (2017) ressaltam diferentes dificuldades e grandes desafios que a economia solidária enfrentam na concorrência com as majoritárias empresas de mercado. Para o primeiro autor a economia solidária terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários, caso queira competir com a economia de mercado. Para o segundo autor o grande desafio da economia solidária é fortalecer a identidade emancipatória entre todos os grupos e entidades que não se regem integralmente pela economia de mercado, articulando-se política, social e

economicamente com o maior número possível de outros atores sociais. Já para o terceiro autor a grande dificuldade é superar a matriz assistencialista das políticas sociais, com foco na pobreza extrema, somente para minimizar custos públicos e alcançar a governabilidade, tentando conformar as pessoas aos limites do suportável.

Em consonância com isso, Schutz (2008, p.49) aponta que a economia de mercado, diferentemente da Economia Popular e Solidária - EPS, não consegue propor soluções estruturais para destruição ambiental e da miséria humana, no entanto, o autor esclarece que a EPS não está previamente destinada a servir para um fim nem para outro. “A causa em questão não está decidida, pois é o caminhar que fará o caminho. Somente a práxis das pessoas e dos atores sociais envolvidos é que definirá os rumos e a função da EPS daqui para a frente”.

Coragio (2017), seguindo esse entendimento, distingue três níveis de análise e ação dentro da economia solidária: os níveis micro<sup>13</sup>, meso<sup>14</sup> e sistêmico<sup>15</sup>. Esse autor esquematiza (quadro 1) princípios éticos de reprodução da vida humana e da natureza ou “sustento do homem” (na linha polanyiana) que devem ser seguidos nas ações da Economia Social e Solidária.

### Quadro 1 - Princípios da Economia Social e Solidária em Coragio (2017)

|  |  |
|--|--|
| No que tange a produção e ao processo de trabalho:               | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Trabalho digno para todos;</li> <li>● Não exploração do trabalho alheio;</li> <li>● Produção socialmente responsável;</li> </ul>        |
| Os princípios referentes à distribuição e redistribuição seriam: | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Justiça social;</li> <li>● Redistribuição do excedente;</li> </ul>  |
| No que se refere à circulação:                                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Afirmção de um grau de autossuficiência dos “prossumidores” [a produção para o consumo próprio].</li> <li>● A reciprocidade;</li> </ul> |

13 Em nível micro, geralmente se encontram as associações, as cooperativas e principalmente os empreendimentos familiares ou comunitários, com fins mercantis, os quais atuam por um melhor posicionamento no mercado. [...]. Ainda em nível micro, há outra visão, não mercantil, que considera como práticas econômicas de solidariedade utilitária as que produzem bens e serviços para uso próprio dos produtores. Aqui são incluídas as unidades domésticas, frequentemente assentadas sobre relações de parentesco, e possivelmente comunidades tradicionais: comunidades indígenas, afro, assim como associações livres, e também redes de ajuda mútua, de prestação de serviços. (CORAGIO, 2017, p. 32-33)

14 Há também um nível meso de redes, cadeias produtivas, redes entre micro organizações similares (solidariedade mecânica) ou diversas e complementares (solidariedade orgânica), ou combinadas, como no nível de territórios, ou de relação dialógica entre organizações e governos locais construindo as políticas de economia pública. [...]. Devem ser incluídas [no nível meso] outras organizações que lutam por direitos sociais universais, contra a discriminação, pelo respeito à identidade, ao gênero, a diversidade cultural, por melhores condições de vida, por necessidades não materiais. (CORAGIO, 2017, p. 33-34).

15 Em nível sistêmico, a economia social e solidária é também uma proposta de mudança de sentido das práticas de construção de sistemas, de maneiras de hierarquizar princípios de institucionalização das políticas econômicas. Isso obviamente está vinculado aos níveis meso e micro, mas já pensando no âmbito da sociedade, no que tange sistemas de práticas que produzem e reproduzem outra sociedade. (CORAGIO 2017, p. 35).

|   |   |
|---|---|
|   | <ul style="list-style-type: none"> <li>● O intercâmbio (...) o comércio justo</li> </ul>  |
| No que tange o princípio da coordenação           | <ul style="list-style-type: none"> <li>● A comunidade é vista como organismo de deliberação;</li> <li>● A planificação econômica participativa;</li> </ul>  |
| No que se refere ao consumo:                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Consumo responsável;</li> </ul>  |
| Há, também, uma série de princípios transversais: | <ul style="list-style-type: none"> <li>● As livres iniciativas e a inovação socialmente responsável;</li> <li>● O pluralismo e a diversidade de formas econômicas;</li> <li>● A não discriminação de indivíduos;</li> <li>● O reconhecimento do outro;</li> <li>● A sinergia entre atividades econômicas;</li> <li>● A qualidade e não somente a eficiência em termos de mercado;</li> <li>● A territorialidade;</li> <li>● A democracia</li> </ul> |

Fonte: Adaptado de Coragio (2017, p. 36-38)

Sá (2017, p. 78-79) também destaca princípios e valores da Economia Solidária encontrados tanto na América Latina quanto na Europa:

(i) a motivação de realizar é coletiva, porque não se baseia em ações associadas a uma expectativa de retorno através de um ganho individual; (ii) a reciprocidade está no centro da ação decorrente da busca de soluções por pessoas concretas para problemas concretos que as atingem; (iii) as ações solidárias combinam recursos de mercado com recursos de não mercado e não monetários e com contributos da comunidade; (iv) a cidadania inicia-se e desenvolve-se nas ações em que a proximidade facilita a construção de espaços de resposta às insuficiências das economias pública ou capitalista; (v) a produção de bens e de serviços ou a promoção de ideias da economia solidária são portadoras de uma dimensão política com um impacto potencial forte nas comunidades onde se desenvolvem.

Já Hillencamp (2017, p. 48) estuda os universos da economia solidária no contexto sul-americano que caracteriza a situação dos trabalhadores, “em forma geral, em função da expansão do sistema mundo capitalista sob uma base neocolonialista”. No Brasil, a economia solidária evoluiu com grande participação da Igreja Católica ligada a Cáritas e a Teologia da Libertação e progressistas ligados a partidos de esquerda. Já na Bolívia, por meio da economia moral do viver bem<sup>16</sup>, o governo de Evo Morales aprova na constituição em 2009, ratificando esta visão, ao reconhecer o viver bem (*samaqamaña*) como princípio ético e moral da sociedade.

---

16 [A Economia Moral do Viver Bem] segundo a expressão do mexicano Arnaldo Bartra – expressa uma crítica radical à dominação capitalista e pós-colonial. Aponta uma série de separações artificiais, como as entre o humano e a natureza, a produção e a reprodução, o econômico, o social e o político e, sob uma visão epistemológica, o objeto e o sujeito. A busca do lucro e da acumulação, o viver bem opõe o valor da vida e dos princípios de solidariedade, complementaridade, harmonia e reciprocidade. Pretende substituir as maneiras de viver eurocentristas por cosmovisões fundadas em formas de espiritualidade e de organização próprias da região. (HILLENCCAMP, 2017, p. 52)

Segundo Hillencamp (2017) e Sanchez (2017), em outros países da América do Sul, a situação também evoluiu nos anos 2000 com a chegada da esquerda ao governo na maioria das nações da região como estratégia de luta e organização social<sup>17</sup>. E um dos grandes efeitos dessa mudança é o surgimento de políticas sociais voltadas para mulheres de baixa renda que utilizam a economia solidária como um dos instrumentos.

Dessa forma, para esse autor, a economia solidária tem fundamentos para uma economia moral descolonial, do bem viver e feminista, que reconheça também o trabalho invisível das mulheres de valorização das diferentes lógicas socioeconômicas, que não se reduzam apenas a maximização do lucro e o reconhecimento de riqueza, cujo critério decisivo possa ser a dignidade humana (HILLENCAMP, 2017). Porém, Trigo (2017) registra que esse processo de avanços da economia solidária não é simples e também possui incoerências por parte dos governos de esquerda e de seus protagonistas, podendo representar uma aliança entre o capital e esses governos, com regras e benefícios em prol do capital e certos regulamentos para atenuar conflitos sociais:

Uma vez no governo, orientam-se pelo que Francisco de Oliveira aponta, em sua concepção gramsciana, como “hegemonia às avessas”, ou seja, em vez de construir a partir das propostas que os promoveram e sua ancoragem de classe, eles o fazem com base na agenda do capital global, realizando uma atenção parcial aos efeitos do legado neoliberal. (Trigo 2017, p.62)

Outros autores oferecem visões críticas à economia solidária no Brasil: Wellen (2012) e Germer (2006), enquanto este centra suas críticas ao professor Paul Singer que, segundo ele, usa erroneamente conceitos marxistas nas suas obras, aquele também utiliza o viés marxista para suas críticas e conclui que a economia solidária no melhor dos casos realiza uma crítica romântica ao sistema capitalista e não contribui para um processo de transformação social. No lugar de significar um fenômeno progressista, esse projeto social funciona como um retrocesso econômico, político e ideológico. Já Trigo (2017, p. 65) vê aspectos positivos (progressos em políticas sociais, declínios no desemprego e na indigência) e negativos (processos de neutralização política das organizações sociais) ligados a economia solidária e também instiga criticamente com algumas questões a economia solidária, que nos faz pensar o seu futuro e o seu caminhar, superando ingenuidades e reconhecendo que “estas experiências

---

17 Em meados da década de 2000, dois terços dos sul-americanos viviam sob governos considerados de esquerda. Dentre eles os principais governos sul-americanos: Lula (Brasil); Lagos e Bachelet (Chile); Nestor e Cristina Kirchner (Argentina); Vazquez (Uruguai); Chavez (Venezuela); Correa (Equador); Morales (Bolívia) (Fonte: BBC NEWS, acessado em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4311957.stm>, em 02 de abril de 2021).



não se desenvolvem no ar, mas em espaços concretos profundamente marcados pela heterogeneidade e intensamente condicionados”.

A economia solidária coloca na agenda a possibilidade de discutir: o que entendemos por trabalho? Recuperar o sentido da produção orientada pela necessidade e pelo valor de uso. Faz também pensar sobre a natureza como sujeito com seus direitos associados. Também nos permite refletir sobre as relações de gênero e suas restrições, em termos de hierarquia e dominação, que ocorrem em diferentes níveis e no interior das organizações solidárias. (TRIGO 2017, p. 70)

### 3 CONJUNTO PALMEIRAS E O BANCO PALMAS

Aquelas formiguinhas que fazem uma revolução às segundas-feiras de manhã. Todos os dias. Todos os anos. Uma eternidade. E o fazem sem dar grande importância. Sem discursos eloquentes nem campanhas publicitárias. Mas fazem. Transformam, dia após dia, o ambiente econômico e social. Repensam e reconstróem conceitos. Transformam pensamentos e realidades socioeconômicas. Seus empreendimentos auto administrados, que contestam a economia neoliberal, são exemplo vivo de que outra economia é possível. (REINTJEZ, 2008, p. 92)

Para Martins (2008), no livro "A Revolução das segundas-feiras", Carola aprofunda sua crítica as concepções tradicionais de esquerda, que se limitam a enxergar a transformação num futuro longínquo, a partir do qual, como por milagre, relações humanas hoje marcadas pelo egoísmo e pela predação passarão a ser presididas pela bondade. A esta visão mística e semirreligiosa da ideia de revolução, a autora se contrapõe e mostra algo mais concreto:

É o esforço de milhares de empreendedores que estão ousando construir, mesmo sob a hegemonia do capital, novas relações sociais. **É, certamente, uma construção imperfeita - já que estes produtores estão imersos num mercado mundial que produz constantemente as desigualdades. Mas planta-se, no coração do sistema, o germe da mudança.** (MARTINS, 2008, p. 14-15, grifo nosso).

Vários pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento vêm se debruçando sobre o tema da economia solidária e nesse âmbito a história do Conjunto Palmeiras e o caso do Banco Palmas possui um grande interesse por se tratar de uma das primeiras experiências de êxito e que se tornou uma referência nacional com mais de 20 anos de história. Destaca-se entre estes a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFC com 4 teses de doutorado: Mattos (2012); Paiva (2015) Paulino (2012); e Rodrigues (2016).<sup>18</sup> Não só de pesquisadores, esse caso tem despertado interesse também de vários atores da mídia, admiradores, visitantes, representantes de políticas públicas governamentais e não governamentais do Brasil e do exterior.

Contar um pouco de história do início do Conjunto Palmeiras<sup>19</sup>, parece ser importante para os moradores do Conjunto Palmeiras, ou, pelo menos, para aqueles que

---

18 Não foi feito um estudo ou pesquisa bibliométrica sobre o tema, esta é apenas uma constatação empírica das referências que o autor teve acesso na elaboração desta monografia.

19 A história do bairro foi registrada em cartilhas pela associação de moradores. A primeira, habitando o inabitável, lançada em 1990, foi elaborada com a assessoria de dois historiadores e baseou-se em discussões em grupo, cujo objetivo, segundo os organizadores, era refazer uma história de vida coletiva, contemplando os mais diversos pontos de vista. A segunda, de 1998, chamada o canal de drenagem. A história de um povo que se organiza, busca parcerias e urbaniza seu bairro, narra o processo de construção da primeira obra de

participaram e fizeram história na Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras - Asmoconp.

Não é fácil registrar essa história, e você guardar e levar para a sua vida, mas nós do Conjunto Palmeiras, nós achamos que isso é a coisa mais importante que a gente entendeu que é exatamente você guardar sua memória, para você não esquecer, para você continuar dando passos, quem sabe dando passos mais longos e largos. – [DEPOIMENTO DE SOCORRO ALVES DA ASMOCONP]. (RODRIGUES, 2016, p. 153-154)

Conta o livro do historiador Felipe Alves Neto (2016) sobre o Conjunto Palmeiras que o mesmo foi criado em 1973 com a transferência, realizada pela Prefeitura de Fortaleza, dos desabrigados das enchentes e de famílias desapropriadas de áreas de ocupação urbana (a medida de 10 por 20 metros eram o tamanho dos lotes oferecidos aos primeiros habitantes do Conjunto Palmeiras). Acrescenta Paulino (2012, p.85), que “inicialmente, 1,5 mil famílias foram removidas para o loteamento, provenientes da favela do Lagamar, Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil e Favela Verdes Mares”.

O Conjunto Palmeiras foi fundado (...), atendendo ao projeto das administrações municipais da época de procurar “varrer” para lugares distintos dos bairros nobres da cidade as populações que habitavam áreas com aspecto de ‘favela’ [processo de higienização da cidade típico dessa época]. (MATTOS, 2012, p. 59).

Matos (2012); Neto (2016) e Rodrigues (2016) descrevem a região onde nasceu o Conjunto Palmeiras, em torno do aterro sanitário de Fortaleza ‘Jangurussu’<sup>20</sup>, na década de 1970 (único depósito de lixo oriundo da cidade), “que durante muitos anos foi fonte de renda para muitos moradores do bairro conjunto palmeiras” (RODRIGUES, 2016, p. 54). Segundo esta autora, a locomoção dos moradores dessa região era precária, o único meio de locomoção oferecido pelo poder público municipal era um caminhão que partia 5h30m rumo ao centro e retornava às 19h todos os dias. Neto (2016) ressalta que as terras do Conjunto Palmeiras eram de características pantanosa, formadas, em grande parte, por riachos e lagoas (essa característica refletiu-se nas dificuldades encontradas pela comunidade para construção do Conjunto Palmeiras e todas as lutas que se seguiram). Mattos (2016) acrescenta ainda que, por causa da falta de infraestrutura e distância de dezoito quilômetros em relação ao centro da cidade, o Palmeiras ficou sendo visto e conhecido como um grande bolsão de pobreza em Fortaleza.

---

infraestrutura no bairro a ser gerenciada pela Associação de Moradores, com recursos do governo do estado, prefeitura e GTZ (Governo Alemão). (MATTOS 2012, p. 66).

20 O aterro do Jangurussu, previsto para uma vida útil de 10 anos, ficou ativado de 1978-1998. Nesse período foi o único local existente como depósito de lixo oriundo de Fortaleza, recebendo uma média diária de 3.300 toneladas de lixo, que era distribuída numa área de 21,6 hectares. (Rodrigues 2016, p. 54-55).

Mattos (2012) descreve em seu livro relatos dramáticos de moradores e líderes comunitários que viveram aquele período, percebido por estes numa perspectiva de ‘humanização’ relacionada ao contraste de situações vividas do tempo do nascimento do Conjunto Palmeiras – como seres não civilizados – e o momento presente de bairro em processo de urbanização.

Nós éramos tratados como índios. Lá vêm os índios do Palmeiras, era a palmeira dos índios (...) O Palmeiras era uma mata, uma brenha, hoje é uma cidade. Antes de nós se considerava perdido na mata como índio. Agora temos asfalto, saneamento básico, creches, ABCs, igrejas escolas até de judô, relata uma perspectiva de evolução que dá a tônica da maioria das narrativas sobre as mudanças no bairro. [Relato de D. Lindalva – líder comunitária]. (MATTOS, 2012, p. 63)

Ceguei aqui não tinha nada. A água era da cor desta caixa aí [aponta para uma caixa da cor de papelão]. Amarela. Não tinha cacimba, não tinha nada. Tinha só uns buracos nas ruas e a gente tirava água. Às vezes a gente chegava no Palmeiras, afastava as fezes – ainda bem que naquele tempo não tinha cólera, acho que Jesus Cristo esteve o tempo todo no Palmeiras naquela época difícil – porque de manhã chegava pra buscar água, afastava as fezes, tirava a água e bebia. Cozinhava, lavava, com toda essa água e bebia. E os meninos defecavam lá no poço, onde a gente tirava água mesmo. [Relato de seu Augusto – líder comunitário]. (MATTOS, 2012, p. 82-83)

Para Paulino (2012), as lutas da comunidade organizada levaram à conquista de energia elétrica, abastecimento de água, drenagem, calçamento e pavimentação de ruas, construção de escolas, praça, transporte público, dentre outros equipamentos e serviços. E isso só foi possível, pela luta social (de pessoas que vivenciaram dificuldades e necessidades materiais semelhantes e compartilhavam os mesmos desejos comuns de melhorias de qualidade de vida) alavancada pelos próprios habitantes de “um mesmo chão” e “um chão inicialmente inabitável”, cita o autor, parafraseando a primeira cartilha sobre a história do bairro publicada em 1990.

Assim, a história do Conjunto Palmeiras parece se confundir um pouco com a história da Asmoconp, que sempre esteve presente nas diversas lutas por direitos e conquistas sociais do bairro. Dentre as lideranças surgidas na Associação, destaca-se a presença de pessoas ligadas a Igreja Católica, em especial, ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), com posicionamentos políticos de esquerda que, apoiadas pela fé, tiveram que agir e até mesmo enfrentar a força repressora do Estado em alguns momentos. Joaquim Melo reconhece a importância e o papel fundamental da Asmoconp e do movimento dos moradores em todas as lutas e conquistas em prol do Conjunto Palmeiras (MELO, 2014; PAIVA, 2015).

**A expressão que nós todos utilizamos ao longo dos anos é de mãe mesmo.** Tudo o que tem aqui no Palmeiras, todas as organizações, todas as lutas sociais [...] **todos nós pessoas e organizações, viemos, fomos cria da Associação de moradores. É a entidade-mãe** e pra mim é um patrimônio, que nem um patrimônio da humanidade,

a Torre Eiffel, **ela é um patrimônio do Conjunto Palmeiras**. (PAIVA, 2015, p.218, grifo nosso)

Para Paulino (2014, p. 214), a experiência desenvolvida pela Asmoconp e pelo Banco Palmas revelam um grau avançado de conscientização política “que hoje se colocam como forças de peso na construção de uma cultura política direcionada ao processo de transição para uma economia política emancipadora”. Mattos (2012) destaca que a criação do Banco Palmas foi um divisor de águas na história do Conjunto Palmeiras, sendo hoje o principal componente de imagem pública do bairro, que ficou conhecido por sua organização comunitária.

A seguir, elaboramos um quadro-resumo das datas mais importantes relacionadas à origem do Conjunto Palmeiras e às lutas da Asmoconp, incluindo a criação do Banco Palmas.

### Quadro 2 - Resumo histórico das lutas da Asmoconp e do Banco Palmas

| <b>Marcos Históricos</b>   | <b>Acontecimentos</b>   |
|--|---|
| 1973 – Criação do Conjunto Palmeiras   | A criação do Conjunto Palmeiras inseriu-se na lógica de especulação imobiliária na região periférica do entorno da rampa do Jangurussu, não existiam vias adequadas para locomoção no bairro, assim como nenhuma infraestrutura: calçamento, serviços de esgoto, escolas, postos de saúde, água potável, ... (RODRIGUES, 2016)  |
| 1981 – Criação da Asmoconp   | A maior e mais conhecida Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – Asmoconp - foi fundada em 1981, marcando o início da mobilização por serviços públicos essenciais no bairro. Os principais líderes dessa entidade estiveram à frente das mobilizações criativas por serviços públicos e conseguiram chamar a atenção da mídia e dos governos para o bairro na década de 1980 e 1990; (MATTOS 2012, p. 124)   |
| 1984 – 1988 (Ocupações, lutas por moradia e abastecimento de água) <sup>21</sup> | 1984 – Inicia-se ocupação das áreas não loteadas do bairro;<br>1985 – Iniciaram-se “ocupações” em áreas alagáveis;<br>1986/87 – Luta pela moradia – leva a acampamento em frente à sede do Governo; conquista da olaria comunitária e da limpeza urbana;<br>1988 – Conquista da rede de abastecimento d’água; (MATTOS 2012, p. 65-66)   |
| 1988 – Parcerias com entidades estrangeiras e poder público                      | A partir de 1988, a Associação de Moradores começa a realizar parcerias com governos e entidades estrangeiras para realização de projetos de infraestrutura do Palmeiras. [...] ‘Era um projeto bilateral, o Governo Brasileiro, através da Prefeitura e do Governo do Estado, e o Governo Alemão. Então eles repassavam o dinheiro para a Associação, a Associação gerenciava, administrava o recurso, prestava contas, e nós conseguimos fazer uma grande obra que foi o Canal de Drenagem (...) Isso potencializou muito a Associação.’ [Relato de Joaquim Melo sobre o Prorenda] (MATTOS 2012, p. 126). |
| 1991 – Asmoconp realiza o primeiro seminário habitando o inabitável.             | Definiu-se um plano estratégico para urbanizar a área, apresentando como demanda principal a construção de um canal de drenagem, cujas obras se estenderam até 1995, com a participação e o controle presencial dos moradores organizados e com recursos financeiros e técnicos provenientes de um convênio firmado entre o governo do estado, a prefeitura de fortaleza e o governo alemão, através da Sociedade Alemã de Apoio Técnico (GTZ [-Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit]). (PAULINO, 2012, p. 139)  |
| 1997 - Asmoconp realiza o segundo  | Constatou-se que o bairro estava semiurbanizado, haja vista a implantação dos serviços básicos de infraestrutura (redes de energia, água potável, drenagem, pavimentação e  |

21 Padre Chico reconhece, nas ocupações, alguns dos momentos políticos mais importantes e emocionantes que viveu no bairro. Os atos eram associados a símbolos e rituais de coragem e luta – tochas de fogo eram levadas à noite nas mãos e cânticos religiosos entoados, enquanto o grupo caminhava em direção aos terrenos no momento de ocupá-los. (MATTOS, 2012, p. 114).

|  |   |
|--|---|
| seminário Habitando o Inabitável <sup>22</sup>   | esgotamento sanitário). Mas o processo de urbanização não fora capaz de desencadear oportunidades de geração de trabalho e renda. Com base nessa análise, a principal deliberação tomada durante o segundo seminário apontou para o planejamento de um projeto de geração de renda. (PAULINO, 2012, p. 141).  |
| 1998 - Criação do Banco Palmas <sup>23</sup>   | Seus idealizadores [Asmoconp] conseguiram o valor de R\$ 2.000,00 com a Ceará Periferia – ONG que desenvolvia trabalhos na oferta de crédito para reforma de moradias, para dar início as atividades do banco. No dia 20 de janeiro de 1998, em um pequeno galpão, o projeto do Banco Palmas foi colocado em prática. Então cinco clientes foram pedir crédito, um peixeiro, um artesão, um que tinha um mercadinho, um que fazia sapatos e outro que era dono de uma banca de bombom. Como toda mídia foi cobrir a inauguração, o Banco fez um grande sucesso e muitos moradores do bairro foram pedir empréstimo. No primeiro dia, todo o dinheiro tinha acabado. [...] Passaram seis meses de vermelho, até que os empréstimos fossem pagos (FORTALEZA, 2008 APUD ALVES NETO 2016, p. 39-40) |
| 2003 - Criação do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. <sup>24</sup> | O Instituto Palmas surgiu em julho de 2003, diante da constatação de que a Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP) não mais fornecia o suporte institucional necessário ao funcionamento do Banco Palmas, num contexto em que este havia ampliado suas ações para além do bairro e do estado do Ceará, incorporando novos parceiros. (PAIVA, 2015, p. 217). Neste mesmo ano foi criada pelo Governo Lula a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)   |
| 2007 – O título oficial de bairro foi concedido.   | Após diversas investidas de reivindicação do poder público municipal, no dia 31 de outubro de 2007, foi concedido o título oficial de bairro ao Conjunto Palmeira em audiência realizada na Câmara de vereadores. (PAULINO, 2012, p. 83)  |
| 2015 – Ruptura institucional entre o Banco/ Instituto Palmas   | Mesmo após se desligar da esfera decisória da Asmoconp, o Sistema Banco Palmas e Instituto Palmas continua como forte articulador comunitário do Conjunto Palmeiras, realizando aproximações possíveis com a Asmoconp em momentos que exigem uma mobilização mais abrangente (PAULINO, 2019, p. 670-671)  |
| 2017 – Criação dos Conselho de Quarteirões e luta por regularização fundiária                        | Os conselhos de quarteirão representam uma dimensão instituinte no processo de organização e mobilização no Conjunto Palmeiras como experiência recente em vias de formação. (PAULINO, 2019, p. 675)  |
| 2020 – Enfrentamento à Covid 19  | O Banco Palmas, no enfrentamento ao Covid 19, destaca-se e recebe 2 prêmios em 2020: o “Sereia de Ouro”, do Sistema Verdes Mares de Televisão do Ceará, ligado ao Grupo Globo e o “Prêmio Top 30”, da Folha de São Paulo com a UOL e Fundação Suape, na categoria “legado pós-pandemia”   |

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de (ALVES NETO 2016; MATTOS 2012; MELO 2014; PAIVA 2015; PAULINO 2012, 2019; RODRIGUES 2016).

Para Paiva (2015, p. 43), apesar dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento<sup>25</sup> se constituírem um fenômeno recente no Brasil, “o estado do Ceará tem assumido uma posição

22 Melo faz uma constatação amarga: urbanizar sem construir ao mesmo tempo um programa de desenvolvimento econômico condena os mais precários a migrar de novo. ‘Habitar o inabitável 2’ obriga-nos a olhar a realidade de frente. Depois dessas lutas e da construção, a próxima década será a da economia. (MELO, 2014, p. 172-173).

23 Segundo Rodrigues (2016), O Banco Palmas se tornou a grande vitrine do Conjunto Palmeiras e a partir da sua criação, outras iniciativas solidárias de Economia Solidária surgiram entre 2000 e 2010 no Conjunto Palmeiras: Feira de produtos solidários, Loja solidária, Clube de trocas, Palmatech (escola comunitária de economia solidária), Compras coletivas, Grupos setoriais, Laboratório de agricultura urbana (Palmaricó), Incubadora feminina, Companhia bate palmas, Palmatur, Projeto elas.

24 Enquanto OSCIP [Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público] de microcrédito, o Instituto Palmas está respaldado a estabelecer contratos e convênios com o poder público e também com as instituições bancárias oficiais, captando recursos e tecnologias para os Bancos a eles vinculados. (PAIVA, 2015, p. 124)

25 Os Bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, Os BCDs [...] articulam-se quatro eixos centrais

de destaque devido à projeção assumida pelo Banco Palmas, por esta ser considerada a primeira e mais bem sucedida iniciativa criada no Brasil”.

O conjunto Palmeira era uma grande favela. Durante 25 anos, a Associação de Moradores organizou mutirões comunitários e urbanizou o bairro. Construiu um canal de drenagem, redes de esgoto, pavimentou as ruas, construiu praças, creches comunitárias e outros serviços. **Quando o bairro foi urbanizado (1997), a população local não teve como pagar as taxas (água, esgotamento sanitário, energia elétrica, IPTU e outras) e, então, começou a vender suas casas e ocupar outras favelas. Para tentar reverter esta situação, a Associação de Moradores tomou a iniciativa de criar um projeto que pudesse gerar trabalho e renda para os moradores na própria comunidade. Esse projeto foi o Banco Palmas.** (EQUIPE TÉCNICA INSTITUTO PALMAS, 2010, grifo nosso).

A inauguração do Banco Palmas<sup>26</sup>, tendo em vista a criação de uma circulação econômica (para produção e consumo) no bairro, é marcada pela falta e busca de dinheiro para os empréstimos, e no dia da inauguração havia-se conseguido apenas R\$ 2.000,00 com Yves Cabannes, que foi prontamente emprestados para 5 clientes – empréstimos entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00 - o resto em créditos ao consumo graças ao PalmaCard (MELO, 2014)

No final de 1998, com um portfólio de 30.000 reais, concedemos 170 créditos para a produção e emitimos 370 cartas de crédito. Abrimos também uma feira na praça construída do contexto do Pró-Renda por Paulo Garcia [...]. Nesse mercado solidário, as pessoas do conjunto palmeiras vendem os produtos que fabricam aqui. O espaço conta com uma quinzena de estandes, que montamos uma vez por semana. (MELO, 2014, p. 201-202)

Paulino (2012), percebe, na gênese do Banco Palmas, um ambiente de pertencimento social e reconhecimento mútuo marcado pela sociabilidade da vizinhança e da comunidade, que se organizaram e lutaram por interesses comuns (instrumentais e não instrumentais dentro da compreensão de Alain Caillé sobre o conceito de dádiva). Os sujeitos que instituíram a Asmoconp não fizeram uma ruptura em seus laços interpessoais e conseguiram manter relações com a esfera pública com diferentes instâncias da sociedade civil e poder público, em nível regional, nacional e internacional.

---

de ações em seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária. (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 31, apud PAIVA, 2015, p. 113).

26 Para mais detalhes sobre a criação do Banco Palmas em 1998, ver os seguintes tópicos na quarta parte, capítulo 8 – O Nascimento do Palmas em Melo (2014, p.214-221):

- Realização de pesquisa sobre o mapa de consumo e da produção local do bairro;
- A constatação de que a maioria dos moradores gasta seu dinheiro em outros bairros e não no Conjunto Palmeiras;
- A emissão da moeda Palmas na Argentina;
- Convencimento dos comerciantes para a aceitação do Palmas;
- A necessidade de uma moeda intercambiável em Reais.

Como se diz a definição sociológica proposta por Alain Caillé, a dádiva manifesta-se como qualquer prestação de bens ou serviços, efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação de dádiva, o vínculo é mais importante que o bem. (PAULINO, 2012, p. 299).

Na sua tese, Paulino (2012) destaca significativos processos de construção simbólica (achados e categorias) encontrados na sua pesquisa etnográfica que caracterizam a experiência do Banco Palmas. Dentre eles podemos destacar:

A expressão “aceitamos palmas” é um importante capital simbólico e possui vários significados: 1) informa que naquele território circula uma moeda local, chamada Palmas; 2) ilustra os aplausos que o Banco Palmas tem recebido com intensidade e constância, revelando a visibilidade que essa experiência local tem alcançado, atraindo os olhares da mídia, os aplausos de admiradores, visitantes, representantes de políticas públicas governamentais e não governamentais, e a curiosidade de estudantes e pesquisadores; 3) A marca “Palmas” configura cada momento solene como um espetáculo didático, os agentes do banco palmas recebem frequentemente aplausos que reforçam a legitimidade interna e externa de sua história.

As encenações ritualistas dos eventos realizados, cada projeto lançado, cada conquista alcançada, seguem performances com acontecimentos solenes e/ou lúdicos.

Nessas ocasiões [apresentação de um novo projeto] o lúdico e trabalhado de modo a projetar a realidade revestida num ambiente de festa, celebração e partilha. E a história dos processos organizativos locais que antecederam a criação do banco palmas e mostrada geralmente com o auxílio de imagens fotográficas ou de vídeos. Normalmente esse ritual ocorre num grande salão onde há uma espécie de palco edificado para a realização de eventos como espetáculos teatrais, assembleias ou reuniões com a presença de público ou plenário. (PAULINO, 2012, p. 232)

“A categoria do animador, uma figura central que constantemente é aplaudida pelo público e conclama aplausos quando do lançamento de novos projetos, com repórteres, fotógrafos e câmeras de emissoras de televisão sempre por perto”. (PAULINO, 2012, p. 54, grifo nosso). Corroborando com essa ideia Mattos (2012); Paiva(2015) e Rodrigues (2016) revelam que no caso do Conjunto Palmeiras, o herói mítico é Joaquim Melo<sup>27</sup>.

Sua liderança é notória em todos os espaços onde está, com uso de linguagem simples e exemplos do cotidiano, acessíveis a qualquer público, o que faz dele um animador de plateias capaz de exercitar a oratória aproximando-se do carisma no sentido

---

27 Joaquim chegou ao Palmeiras no início dos anos 1980 como seminarista. Morando no bairro, atuou na linha de frente da organização das lutas reivindicativas durante este período. Em, 1988, Joaquim deixou de integrar a hierarquia católica, mas continuou mantendo militância no Palmeiras. Formação de nível superior em Teologia (a maioria das outras lideranças possui, no máximo, o ensino fundamental completo), ele era peça chave da associação de moradores na leitura dos projetos governamentais, articulando-se com técnicos de ONGs a fim de estar preparado para negociações com os governos. (MATTOS, 2012, p. 235).



weberiano, que supõe a figura de um líder carismático, que exerce um tipo de dominação assentada nos afetos (PAIVA, 2015, p.171).

A palmeira adotada como logomarca do Banco Palmas remete ao início da história do Conjunto Palmeiras em 1973.

No começo, havia muitas palmeiras de carnaúba na área lamacenta e isolada onde a Prefeitura Municipal de Fortaleza alocou as famílias dos primeiros moradores. Desde então, a palmeira deu o nome ao lugar e, no ambiente de ressonância da Asmoconp e do Banco Palmas. (PAULINO, 2012, p. 69).

Rodrigues (2016) cita também como construção simbólica o caráter mítico nos episódios citados pelas lideranças que, na forma de relatos, vão construindo e sedimentando a ideia de um bairro de luta. A partir de 1990, é incorporado também aos relatos das lutas vivenciadas no bairro o aspecto da solidariedade. Nesse sentido, a autora destaca o depoimento de Joaquim Melo: “Um bairro que se urbanizou tem na sua própria gênese a solidariedade. Então são poucos bairros de Fortaleza, aliás, não conheço nenhum fora do conjunto palmeiras que tenha se urbanizado, auto urbanizado” (RODRIGUES, 2016, p.134).

Paulino (2012), por sua vez, não se exime de críticas positivas e também negativas ao trabalho do Banco Palmas e da Asmoconp. Dentre estas destacam-se a indiferença e o menosprezo de alguns moradores do Conjunto Palmeiras, que não são vinculados a Asmoconp e ao Banco Palmas em seus projetos de economia solidária, visto que apenas os moradores organizados na Asmoconp constituem o foco da ação do Banco Palmas no espaço local, pois os projetos e as atividades desenvolvidas não são capazes de incluir diretamente toda a população do Conjunto Palmeiras, de cerca de 30.000 moradores, segundo o autor. Conforme a opinião de alguns moradores do bairro, os projetos são apenas para um certo grupo – “uma panelinha”.

Para Melo (2014) e Rodrigues (2016), alguns moradores do Conjunto Palmeiras não conseguem acesso a empréstimos do Banco Palmas. Para estes, o acesso a outros projetos sociais que vieram posteriormente a inauguração Banco Palmas pode servir para minimizar suas críticas à falta de acesso a crédito do Banco e conviverem de forma mais harmoniosa com a comunidade.

Alguns moradores nos acusam de nos termos tornado “banqueiros”. Mas eles mudarão logo de opinião quando virem todos os projetos sociais que nasceram em torno do banco: o Banco Escola de Trabalho – uma escola de formação para os jovens do bairro; a cooperativa de costureiras, Palma fashion, a incubadora feminina para acolher mulheres em dificuldade e ajudá-las a montar um projeto; o espaço emprego, que centraliza os anúncios locais e nacionais. (MELO, 2014, p. 208).

O engajamento político das lideranças em campanhas eleitorais, em troca de apoio a projetos da economia solidária – a história do engajamento político das lideranças comunitárias do Conjunto Palmeiras permeia parcerias com partidos de esquerda. Já na década de 1980, a eleição de Maria Luiza Fontenele - em 1985, do Partido dos Trabalhadores (PT); em 2006, foram apoiados: Cid Gomes (governador - PSB), Inácio Arruda (Senador - PCdoB), Raquel Marques (deputada estadual - PT), Eduardo Barbosa (deputado federal - PT) e Lula (presidente - PT).

[em momentos de campanhas eleitorais] observei um duplo movimento, marcado pela troca de interesses. Lideranças locais manifestavam adesão à campanha de políticos que naquele momento se comprometiam a defender o projeto de economia solidária. (PAULINO, 2012, p. 246)

Para Paulino (2012), existe uma via de mão dupla, em que políticos apoiam experiências comunitárias de desenvolvimento local e recebem apoio em processos eleitorais que assegurem a presença de propostas do movimento da economia solidária nos espaços de poder vinculados à esfera governamental. Rodrigues (2016) destaca, nesse mesmo sentido o depoimento de Joaquim Melo, que põe em evidência uma ética e uma cultura de tolerância entre as lideranças do Conjunto Palmeiras:

Eu acho que na década de 80 para a década de 90 que é o espaço de organização das favelas de Fortaleza, há em Fortaleza, uma verdadeira luta antropofágica, as brigas faraônicas dentro das associações pelas direções, basicamente pelo PT e PC do B, dividiam a cidade no meio, né? Então eu acho que o Conjunto Palmeiras embora tenha vivido todas estas contradições, ele foi um bairro de lideranças, eu, o seu Augusto, a Marinete, a gente conseguiu criar entre nós uma ética, uma cultura de tolerância, de superação de conflitos. (RODRIGUES, 2016, p. 217)

Mattos (2012) faz um estudo sobre a participação e derrotas político-eleitorais de dois entre as mais importantes lideranças comunitárias do Conjunto Palmeiras: Joaquim Melo e Seu Augusto Barros<sup>28</sup>.

Joaquim havia sido candidato a vereador em 1992 pelo Partido Popular Socialista (PPS) e ficou decepcionado com os 737 votos que obteve, menos de 10% da população de dez mil eleitores do bairro. Ele era então recém-saído da condição de seminarista, na qual atuou na Comunidade Eclesial de Base do bairro como um dos principais líderes das mobilizações sociais na década de 1980 e 1990 por serviços públicos de água, energia, transporte coletivo e habitação. Para Joaquim 'o eleitorado do Palmeiras não elege candidatos com perfil de esquerda'. (MATTOS, 2012, p. 32)

---

28 Os dois principais líderes da esquerda do Palmeiras, seu Augusto e Joaquim revezaram-se fazendo campanha para vereador no bairro no período de 1982 e 1996. Esses dois líderes estiveram à frente dos principais movimentos reivindicativos que marcaram o Palmeiras, mas obtiveram votação bem abaixo do esperado em suas campanhas para vereador, durante o final da década de 1980 e até a metade dos anos 1990, exatamente quando estavam no auge a luta por serviços essenciais do bairro. (MATTOS, 2012, p. 231).

O líder comunitário Augusto Barros, um carismático senhor de barbas brancas com pele morena, de fala eloquente e dicção de bom comunicador, habituado em programas de rádio e televisão onde aparecia “denunciando os problemas da comunidade”. Seu Augusto morava, à época, no Palmeiras havia mais de 25 anos e era um dos líderes católicos mais atuantes e estimados pelos padres coordenadores da CEB local. Era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), trabalhando para candidatos e parlamentares dos partidos nas eleições do bairro. Seu Augusto havia sido candidato a vereador em três eleições – 1982, 1985 e 1996 -, sendo duas delas pelo PT (a primeira e a última) e a segunda pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), legenda à qual esteve filiado por um curto período de rompimento com o PT, ocorrido durante a administração da prefeitura petista Maria Luiza Fontenele (1986-1989). (MATTOS, 2012, p. 33)

Para além das experiências de candidaturas fracassadas para o legislativo municipal, segundo essa mesma autora, eles fundaram um núcleo do PT no bairro e ajudaram a eleger à prefeita do partido Maria Luiza Fontenelle em 1985, ocupando posteriormente cargos de direção de órgãos públicos no Palmeiras<sup>29</sup>. Outras participações marcantes na história do Conjunto Palmeiras citadas por Mattos (2012) é de padres, seminaristas e leigos ligados à Teologia da Libertação<sup>30</sup> e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>31</sup>, incluindo entre eles os líderes comunitários Joaquim Melo e Augusto Barros já citados.

Segundo Mattos (2012) uma das ideias principais da Teologia da Libertação é o tema “tornar-se pessoa”, por meio da participação na comunidade. Na prática, eles viveram isso nas vivências do universo político e religioso das CEBs, um local de conforto e amparo, frente aos estigmas sofridos por essa comunidade pelos “outros” (poder público e moradores de classe média ou alta). Nesse sentido, a Teologia da Libertação e a CEBs alcançam seu objetivo no Conjunto Palmeiras. Isso pode ser demonstrado na referência e lembrança que a comunidade e os líderes comunitários têm em relação a esses padres e seminaristas. Os primeiros padres que chegaram para morar no Palmeiras, em 1978, foram Eduardo e Jacó. Depois deles, acompanharam a comunidade os Padres Bernardo e José Maria, a partir de 1983; já em 1984, um grupo de seminaristas foram encaminhados por Dom Aloísio Lorscheider para uma experiência de “padres na favela”<sup>32</sup>. Entre estes estava o Joaquim Melo que veio residir no

---

29 Em 1986, Joaquim Melo tornou-se diretor do Centro Social Urbano (CSU) do Conjunto Palmeiras (MELO 2014).

30 Movimento da igreja católica que propõe uma nova leitura da Bíblia, inspirada por uma abordagem política. É ao mesmo tempo um movimento social, religioso e teológico. É também uma leitura marxista da bíblia [ideia sobre a Teologia da Libertação, segundo Melo]. (MELO, 2014, p. 22).

31 [os padres] Criam na paróquia, uma Comunidade Eclesial de Base (CEB). Cada semana, os fiéis reúnem-se para compartilhar suas preocupações cotidianas, materiais ou afetivas. Homens e mulheres falam dos transportes que não funcionam, de um patrão que não paga ou de um filho que tem dificuldades na justiça. Cada um toma a palavra na sua vez, e a assembléia dá conselhos uns aos outros ou se mobiliza para resolver o problema. (MELO 2014, p. 21).

32 “Padre da favela” é uma experiência informal. Ela parte do princípio que os futuros eclesiásticos são desligados do mundo durante sua formação no seminário, torre de marfim que os faz ter contato com as altas ideias do céu, mas os isola da miséria dos mais pobres. (MELO, 2014, p. 36).

Palmeiras, passando um “estágio” de três meses, vivendo na rampa do Jangurussu<sup>33</sup>. “A Igreja católica foi, por muito tempo, a única instituição a dar assistência aos moradores.” (MATTOS 2012, p. 73).

Nas últimas décadas, percebe-se que práticas e doutrinas de inspiração pentecostal e neopentecostal vêm arregimentando um maior número de adeptos para as igrejas evangélicas, bem como dentro do catolicismo e de movimentos da Renovação Carismática Católica, “estes privilegiam a oração em lugar da ação coletiva e da solidariedade, centrais à Teologia da libertação.” (MATTOS, 2012, p. 77).

Há mudança de foco da Asmoconp, de lutas radicais vivenciadas no passado para demandas por geração de trabalho e renda na expansão do Banco Palmas, deixando de lado outros processos reivindicativos também importantes do poder de pressão do movimento comunitário local.

O que se destaca aqui como um campo tenso e conflitual é o fato de surgirem críticas que apontam para um desvio de foco no perfil da Asmoconp como entidade aplicada aos interesses sociais e políticos do bairro, enquanto nesse percurso o Banco Palmas se expande e estaria centralizando suas ações na esfera econômica. Assim, outros processos reivindicativos pertinentes à infraestrutura e à segurança pública do bairro não estariam mais instigando o poder de mobilização outrora demonstrado pela principal organização comunitária local. (PAULINO, 2012, p. 284)

Para Rodrigues (2016, p. 72), “o movimento na década de 1970<sup>34</sup> e 1980<sup>35</sup> era de embates direto com o Estado, os quais ocorriam por meio de ocupações de prédios públicos, dentre outras ações. No entanto, nas décadas seguintes, observa-se um recuo nesta estratégia utilizada nas manifestações”. Para a autora, hoje, as arenas de negociação estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada e poder público é um fato. Corroborando com essa ideia, Paulino (2012, p. 142), percebe essa mesma realidade no percurso da história

---

33 Sobre esse período, Joaquim Melo descreve vivências socioeconômicas dramáticas: “Minha primeira impressão, ao pôr os pés no Jangurussu, foi que o inferno descera terra. [...] Em 1983, 80 pessoas viviam permanentemente na montanha de lixo, e durante o dia a população podia passar de 200 pessoas. O lixão situa-se na fronteira da humanidade. Às vezes, é difícil distinguir o humano do animal e do orgânico. [...] Choro muitas vezes. As lágrimas correm sozinhas, sem que eu possa pará-las. Não lamento minha sorte, nesses instantes, choro pela humanidade.” (MELO, 2014, p. 18-19).

34 Sobre o contexto político de lutas sociais da década de 1970, Mattos (2012, p. 60), descreve: Durante a década de 1970, os prefeitos municipais eram nomeados pelo regime militar e subordinavam-se às diretrizes de planejamento e disciplinamento do uso e ocupação do solo urbano dos governos ditatoriais de então. (...) A construção dos chamados conjuntos habitacionais nas periferias da cidade, também era uma forma de manter bem afastados os possíveis descontentamentos sociais com o regime.

35 Melo (2014, p. 103) no final dos anos 1980, o movimento da redemocratização no Brasil provoca uma mudança nas relações entre o poder e os movimentos sociais. Depois de anos de luta frontal e de proibição drástica, os dirigentes optam por uma nova estratégia: a ‘cogestão’. A partir do momento em que o poder não consegue mais se impor pela força, opta por confiar tarefas aos atores dos movimentos sociais. Os líderes assumem funções que deveriam ser do Estado. Isso representa para ele uma dupla vantagem: encher as lacunas de sua política social e ocupar seus principais oponentes, delegando a eles suas missões mais importantes.

da Asmoconp: “o movimento comunitário protagonizado pela Asmoconp no Conjunto Palmeiras alcançou outro perfil. Não tem mais aquela feição de movimento reivindicatório, radical. [...] Trata-se, portanto de um novo processo de construção simbólica e prática da realidade”. Porém Melo (2014) adverte que as lideranças comunitárias da Asmoconp não cederam aos encantos do “canto da sereia” do Poder e da Política. Sobre uma das principais conquistas de luta política, a construção do canal de drenagem do bairro, para evitar o “bônus” do uso político eleitoral da inauguração do canal e evitar a perda de autonomia da luta comunitária, relata o que foi feito:

na proximidade das eleições locais, preparamos uma grande bandeira de quatro metros que colocamos na entrada da favela e que marca em uma fórmula simples, nossa diferença: **“Deus criou o mundo, nós construímos o Conjunto palmeiras”**. (MELO, 2014, p. 117, grifo nosso)

A continuidade de processos de precarização de trabalho e da informalidade, característicos da economia neoliberal.

Em primeiro lugar, as experiências associativas focadas na economia solidária surgem no contexto do chamado terceiro setor; um ente ambíguo, notadamente plural e portador de interesses diversos, suscetível, portanto, as manobras ideológicas da retórica neoliberal. Em segundo lugar, questiona-se o potencial concreto do movimento da economia solidária no que tange à sua capacidade de contribuir para a emancipação do trabalho. Observa-se, por exemplo, que determinadas experiências associativas focadas na produção econômica, sobretudo as que permanecem na informalidade, reproduzem processos de precarização do trabalho. (PAULINO, 2012, p. 351)

Para Paulino (2012), em nome da governabilidade, ou seja, da sustentabilidade política, as ações ficaram mais restritas ao campo dos acordos e das reformas pontuais possíveis. É dessa forma que o autor enxerga a ação da esquerda no período da sua pesquisa. Porém, uma outra visão descortina-se nas entrevistas com as pessoas que trabalham com a economia solidária diretamente no dia-a-dia:

**Eu peguei uma mulher na incubadora que não tem renda nenhuma, tá passando fome, na miséria total, [...] aí de repente ela consegue uma profissão, faz um curso de costura e começa a trabalhar na palma fashion e vai ganhar por mês cento e cinquenta reais [...] quer dizer, há uma precarização nas condições de trabalho? Há condições de trabalho não satisfatórias. Mas bem melhores do que era antes. Estamos satisfeitos com isso? Não.** [Entrevista com Joaquim Melo] (PAULINO, 2012, p. 357, grifo nosso).

Apesar da pertinência da crítica do viés capitalista, pois acontece dentro do capitalismo, a experiência da economia solidária produz outras características diferentes da mais valia, da exploração, da apropriação da riqueza e por meio da autogestão. Espera-se que a

riqueza seja socializada quando se implanta um sistema de moeda social. Na verdade, segundo Paulino (2012), busca-se a construção de uma cultura não capitalista, como instrumento de inclusão e emancipação social. Nas conclusões de sua tese, este autor percebe a experiência de economia solidária como um processo histórico de construção simbólica, no qual a comunidade local tem um histórico de lutas sociais consolidado. Onde o sentimento de pertença é capaz de reforçar laços de confiança, reciprocidade e cooperação, suscitando também a construção de empoderamento comunitário.

[O Banco Palmas] é mais uma prova que o conjunto palmeiras oferece à sociedade no sentido de atestar que suas lutas sociais foram e são legítimas. [...] que o empoderamento comunitário é possível e tem potencial para muitas e significativas realizações de territórios locais. (PAULINO, 2012, p. 370)

Hoje, no Conjunto Palmeiras existem outras questões conjunturais, segundo Rodrigues (2016). O Conjunto Palmeiras é conhecido entre os moradores do bairro por vários conjuntos ou ocupações segmentadas: Palmeiras II, Jagatá, Aldacir Barbosa (Favela do Circo) e a Piçarreira. Além disso, enfrenta a questão da territorialização das drogas. “As pessoas não podem passar de um lado pro outro porque é briga de gangues. Aí envolve outros moradores que não têm nada a ver, (RODRIGUES, 2016, p. 109) – [Depoimento de Ênio Marques Martins – Presidente da Companhia de Dança Cordapes]

O Conjunto Palmeiras está situado na Regional VI<sup>36</sup> de Fortaleza e ainda hoje é uma das regiões mais pobres e violentas de Fortaleza. Segundo Mattos (2012), durante sua pesquisa de 1999 a 2003, era o nono bairro com mais assassinatos e possuía as 2 linhas de ônibus com a maior incidência de assaltos no município: Palmeiras/Perimetral e Palmeiras/Santa Maria.

Para Rodrigues (2016, p. 270) outra questão crucial na presente discussão sobre economia solidária é:

Saber se estas experiências, ao serem institucionalizadas, tendem a se distanciar da lógica sobre as quais foram concebidas, de tal modo, que coloque em risco o caráter solidário que os particularizam ao retornarem a estrutura como ocorre com várias das situações analisadas por Turner (1974) perdem seu caráter liminar e, portanto, de ante estrutura, de posição as convenções que regem a sociedade, de subversão da ordem e do status quo. No caso dos bancos comunitários, estes se tornariam apenas instituições comuns dentro do sistema financeiro, somente voltadas para as regiões mais carentes?

---

36 O município está oficialmente dividido em seis regiões administrativas, cuja gestão cabe às Secretarias Executivas Regionais (SERs), inauguradas em abril de 1997, na primeira administração do então prefeito Juraci Magalhães. O Palmeiras integra o chamado Jangurussu, parte da Região Administrativa VI, que tem outros 28 bairros. A região é situada ao sul e sudeste do município. (MATTOS, 2012, p. 95).

Questionamento semelhante se faz Paiva (2015, p. 45):

Ao ingressarem na esfera da regulação, própria da esfera estatal, essas experiências conseguem manter os mesmos princípios e valores da solidariedade da redistribuição e da autogestão preconizadas pelas finanças solidárias?

Rodrigues (2016) afirma que essas experiências de economia solidária ao serem institucionalizadas tendem a distanciar-se da lógica para que foram criadas, colocando em risco o seu caráter solidário. No conceito de Turner (1974) *apud* Rodrigues (2016), verifica-se no campo da economia solidária a perda do caráter de um modelo *communitas*<sup>37</sup> para outro de relações estruturais institucionalizadas, marcadas por uma lógica de mercado. Concordando com Rodrigues neste sentido, Paiva (2015, p. 231) reflete:

No momento que o Estado passou a reconhecer, nomear e aportar recursos, legitimando as iniciativas, criou-se um campo de relações de poder, marcado por tensões e ambiguidades entre o caráter alternativo ao modelo de acesso a crédito e o risco de que tanto mais o Estado se aproxime das experiências e defina as regras do jogo (pela via dos editais), tanto mais estas experiências correm o risco de reproduzirem a lógica de funcionamento da burocracia estatal e dos ditames do Sistema Financeiro Nacional.

Porém Paiva (2015) também percebe a importância da institucionalização da economia solidária por meio da criação da Semaes/M.T.E., o que permitiu que o tema da Economia Solidária começasse a ser incorporado à agenda pública governamental do país. Ela cita inclusive pesquisadores como o economista Idalvo Toscano e o administrador Genauto Carvalho França Filho que refletem sobre a importância de subvenções para a economia solidária por parte do Estado.

Precisam, em português muito simples: que o resto da sociedade, via Estado, coloque “grana”, subsidiem essa atividade, porque nesse país todas as atividades econômicas que se consolidaram, que se expandiram, receberam subsídio. Por que não a economia popular? [...] Precisa ter políticas públicas de Estado e não de governo. [Fala de Toscano] (PAIVA, 2015, p. 179)

Sempre que os banqueiros precisam de dinheiro para se salvar da quebra eles o tem à disposição e em quantidade abundante. Então, porque eles têm incentivos, mesmo concentrando capital e os bancos comunitários, que distribuem renda ao invés de concentrar, não podem ter subvenção dessa natureza? [Fala de França Filho] (PAIVA, 2015, p. 264)

---

37 Turner (1974) *apud* Rodrigues (2016, p.266) as *communitas* são agregados sociais que representam rupturas com os padrões estabelecidos diante do caráter jurídico e das normas vigentes.

Essa autora percebia um crescente nesse processo de institucionalização da economia solidária no Brasil, pelo menos naquele momento de elaboração e conclusão de sua tese em 2015. Ela resumia esse processo de institucionalização em 04 (quatro) vias:

- i) A primeira via de institucionalização é marcada pela emergência das experiências na base da sociedade, assumindo caráter de projetos alternativos para geração de trabalho e renda com ênfase nas microfinanças, nos anos 1990. Nesse momento, ocorreu o apoio e reconhecimento das iniciativas por parte das organizações da sociedade civil, da cooperação internacional, sindicatos, Igrejas com engajamento nas lutas sociais e, de modo pontual, de alguns governos nas esferas estadual e municipal.
- ii) A segunda via e institucionalização (pela interface com as políticas públicas e poder legislativo) se refere ao momento em que bancos comunitários se expandiram para além do local, criando para esse fim, uma entidade chamada Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia solidária, [...] Com o intuito de reunir os bancos comunitários e organizá-los como segmento específico, foi criada a rede brasileira de bancos comunitários (2006) [...] o processo de expansão foi fortemente mediado pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). No Governo Federal (2003), que estabeleceu relações com organizações da sociedade civil para implementação dos bancos no país e atuou junto ao poder legislativo para a criação do Segmento Finanças Populares e solidárias (Projeto de Lei complementar de autoria da Deputada Luiza Erundina/PSB<sup>38</sup>).
- iii) Simultaneamente à expansão e ao ingresso do tema na pauta das políticas públicas e entidades de apoio, ocorria também a reflexão nas universidades, envolvendo intelectuais, professores, pesquisadores, e estudantes dentro e fora do país, fato que conferiu caráter de cientificidade ao tema, criando, portanto, mais uma via de institucionalização: a acadêmica.
- iv) Instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional interessadas na promoção da inclusão financeira e na ampliação dos serviços de correspondência bancária abriram mais uma via de institucionalização, na esfera do mercado. Nesse sentido, os bancos públicos, principalmente o Banco Popular do Brasil (até 2009, quando encerrou suas atividades) e a Caixa Econômica Federal, bem como os bancos de desenvolvimento (BNDES e BNB) desenvolveram várias ações de fomento. (PAIVA, 2015, p. 327-328)

Com essa preocupação, Paiva (2015) faz questionamentos importantes para aprofundar a discussão dessa institucionalização na economia solidária: Verificar se ao ingressarem na esfera institucional, essas experiências conseguiram manter-se alinhadas aos princípios e valores da solidariedade, da cooperação e da autogestão preconizados pelas finanças solidárias? Quais possíveis estratégias de ação para crescer sem perder os princípios norteadores [da economia solidária]? Qual deve ser o papel do Estado?

Para Hillencamp (2017), quando se olha para o futuro da economia solidária, o fundamental é que se tenha uma estratégia de longo prazo para institucionalização de políticas públicas radicalmente democráticas, como por exemplo:

---

38 Para legalizar o setor bancário alternativo. [...] A Lei Erundina reconhece os bancos comunitários e os autoriza a capitalizar a poupança dos moradores (MELO, 2014, p.252)



uma estratégia da construção de um movimento contra hegemônico da sociedade civil, no sentido de Antônio Gramsci, é essencial para a economia solidaria. A construção de tal movimento, numa perspectiva local, nacional e supra regional, passa por alianças e por compromissos entre atores. (HILLENBAMP, 2017, p. 57)

## 4 APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS ENTRE O FUNDADOR DO BANCO PALMAS E OUTROS PESQUISADORES

Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras. (MELO, 2014, p. 117)

Após o passeio pelo referencial teórico feito nos capítulos 2 e 3 e da transcrição da entrevista com o Sr. Joaquim Melo (ver o APÊNDICE B), chega o momento da realização de algumas análises por meio da técnica de análise de conteúdo da entrevista realizada e identificação de algumas categorias chaves sobre a economia solidária

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 37)

Em um primeiro passo, elaboram-se as categorias com base na teoria, em seguida revisam-se estas categorias à luz dos dados, volta-se a teoria para análise da sua adequação da sua adequação com a categoria confrontada novamente com os dados. Assim se procede até que se obtenham categorias adequadas tanto para a teoria, quanto para os dados. (RICHARDSON, 1999, p. 240)

Um primeiro pressuposto do autor é que a economia solidária, diferentemente da economia capitalista neoliberal, que está sistematicamente em crise apesar de sua hegemonia, é baseada em uma economia plural (mercantil, não mercantil e não monetária) e por isso ela possui mais ingredientes democráticos e substantivos para o enfrentamento dos desafios econômicos, sociais, ambientais e humanitários da sociedade atual, incluindo os desafios sanitários provindos de uma pandemia como a que se enfrenta mundialmente no momento atual – a COVID-19 (DOWBOR, 2017; LISBOA, 2005; REINTJEZ, 2008; GAIGER, 2004). Isso está em consonância com a experiência realizada pelo Banco Palmas, que inclui também todo um histórico de lutas comunitárias realizadas no Conjunto Palmeiras pela Asmoconp por meio dos seus líderes comunitários e dos moradores que apoiavam e apoiam a associação, mesmo antes da criação do Banco Palmas. Até mesmo porque o próprio Banco Palmas é uma conquista e um projeto da Asmoconp. “Ele foi feito para o Conjunto Palmeiras”, relata Joaquim Melo.

Para Joaquim Melo, o maior legado que o Banco Palmas deixa para o Palmeiras, inclusive maior do que a geração de renda, empregos, é proporcionar autoestima, confiança e

empoderamento comunitário, o que se costuma chamar de “poder local”. Para ele, “política pública é um direito e o Estado tem um papel importantíssimo”, porém a comunidade sempre foi a protagonista que deu o primeiro passo:

“A gente não pediu uma agência bancária, a gente criou o banco. Agora, por exemplo, no momento, a campanha pela fome, os moradores estão se reunindo, faz coleta de cesta básica, cozinha, e estamos dizendo que o Estado tem que garantir o auxílio emergencial, tem que garantir a renda básica, tem que garantir apoio às famílias. Mas nós já estamos fazendo, isso tem um efeito pedagógico muito grande, de colocar nas pessoas a crença nelas próprias.”

Joaquim Melo também prevê uma oportunidade e um campo muito grande que pode ser preenchido pela economia solidária. Isso teria ficado mais claro agora pelo *stress* no sistema capitalista, gerado pela pandemia Covid-19.

“Eu acho que tem uma sensibilidade do mundo todo para essas práticas de comércio justo, de comércio sustentável, da economia circular, da economia verde, [...] espero que nada volte ao normal como era antes, ela volte ao novo modelo de economia, [...] ela teve a oportunidade gigante de mostrar pra humanidade que ela é uma possibilidade dessa nova humanidade que a gente quer.”

Nesse sentido, Joaquim Melo ressalta como destaques da atuação direta do Banco Palmas no enfrentamento ao Covid 19, os 2 prêmios que ganhou em 2020: o “Sereia de Ouro”, do Sistema Verdes Mares de Televisão do Ceará, ligado ao Grupo Globo e o “Prêmio Top 30”, da Folha de São Paulo com a UOL e Fundação Suape, na categoria “legado pós pandemia” – pela distribuição de dinheiro na periferia com a metodologia dos bancos comunitários – uma solução para a saída da economia no pós pandemia, salvando os pequenos negócios locais; e como destaque da Economia Solidária no Brasil – o Banco Mombuca da cidade de Maricá-RJ – sendo que o diferencial desse banco comunitário é que a prefeitura paga as suas contas (benefício social, aluguel social, auxílio universidade, vale transporte) por meio dele, de modo que as pessoas recebem e são obrigadas a comprar no local.

“E Maricá, durante a pandemia, foi o único município do Rio de Janeiro e o único do Brasil que na pandemia de março a dezembro ele teve aumento de ISS, aumento de ICMS e Cagede positivo, [...] Todo mundo que recebia dinheiro em Maricá, comprava lá, não saía pra Niterói, Rio de Janeiro. Simples assim, o prefeito não gastou um centavo a mais.”

Para Joaquim Melo, o Banco Palmas e a Economia Solidária se agigantaram e continuam a se agigantar durante a pandemia por dois motivos:

“Primeiro, ele já tinha uma prática muito grande de trabalhar nas comunidades com os pobres e, segundo, ele tinha uma ferramenta tecnológica que era o ‘e-dinheiro-brasil’ pra plataforma digital. Então na pandemia, vários empresários no Ceará fizeram doações em dinheiro. Foram arrecadados mais de R\$ 5 milhões e as pessoas tinham uma grande dificuldade: como é que esse dinheiro chegava nas pessoas? [...] a gente distribuiu para mais de 13 mil pessoas, 13.600 pessoas, e nas suas comunidades recebiam doações pelo celular, baixavam o aplicativo e-dinheiro e recebiam doações e compravam no comércio de seus bairros, as próprias lideranças cadastravam ali os comércios e através dos aplicativos as pessoas compravam. Aliás, a gente até melhorou o aplicativo para as pessoas que não tinham celular, bastava digitar o CPF no aplicativo do comerciante que já comprava. [...]o [segundo motivo] que a gente continua a se agigantar atualmente, eu sei que a prefeitura e o governo do estado estão criando programas de crédito e eles não sabem como fazer, que os bancos não querem. Você acha que se chegar para o Santander, para o Bradesco, ou para o Banco do Nordeste e chegar lá e dizer assim nós temos aí 50, 60 mil pessoas de baixa renda, muito pobres, que não têm CPF, que está com o nome no SPC e no Serasa, você quer que essa clientela entre aí no seu banco? Eles não têm interesse nisso, as vezes o estado quer fazer juro zero, então o que nós estamos discutindo, quem vai ser? Vai ser o Banco Palmas, porque ele que tem essa característica de trabalhar nas comunidades, ele que tem a plataforma digital, ele que tem as ferramentas tecnológicas para essa população que não tem quase nada. “

Outro ponto importante a ser percebido neste trabalho é que o caráter híbrido da Economia Solidária – o fato de estar dentro do mercado capitalista e possuir objetivos alternativos a este – não a impede de ser coerente com os seus objetivos solidários, dentro de seus limites de atuação (DE SOUZA 2017; LISBOA, 2005; MARTINS, 2008; PAULINO, 2012).

Para Joaquim Melo, o fato de o Banco Solidário ser uma ONG – Organização Não Governamental - não possuir patrão e toda riqueza do banco ser devolvida para a população, não tendo ocorrido em suas próprias palavras a “mais-valia” - apropriação da riqueza do trabalhador, “você não tem como qualificar isso de capitalismo”. Ele inclusive critica pessoas do próprio campo da economia solidária por pensarem que todas as oportunidades vindas do “mercado” são necessariamente ruins para a economia solidária.

“Tem uma visão da própria economia solidária, talvez muitos de nós, uma visão de que tudo que diz respeito ao mercado, ao dinheiro, à riqueza, ao lucro é ruim, [...] a tecnologia, ela está de que lado? A tecnologia é capitalista ou comunista? Cartão de crédito é capitalista ou [comunista]? Isso não existe, é uma bobagem, as pessoas são pobres. As pessoas precisam viver e viver bem. [...] Porque o problema não é se você é pequeno ou grande, pode ter uma fábrica da economia solidária gigante? Pode. O que define se é capitalismo ou economia solidária na sua essência é se a riqueza é

distribuída entre quem produz ou não. Então, eu quero ter uma ótima tecnologia, eu quero ter um ótimo cartão, tudo que os bancos têm, desde que eu possa distribuir, né?”

O Banco Palmas foi uma das muitas lutas e conquistas da Asmoconp para o Conjunto Palmeiras, assim como foi a luta por água, energia, saneamento, moradia, havendo um processo de continuidade de melhorias e de urbanização do hoje Bairro Palmeiras.

MELO (2014) e PAIVA (2015) percebem que a história do Conjunto Palmeiras parece se confundir um pouco com a história da Asmoconp e consideram que a associação de moradores possui uma espécie de maternidade sobre as outras entidades do Conjunto Palmeiras. Deveria ser acrescentado nessa informação que a história do Banco Palmas também se confunde nessa história, pois a criação do mesmo foi fruto do trabalho e das várias lutas da Asmoconp no processo de urbanização do Conjunto Palmeiras.

Por esse motivo, a história intrincada dessa tríade: Conjunto Palmeiras, Asmoconp e Banco Palmas foi percebida em todas as obras pesquisadas nesta monografia, que tem como objeto de pesquisa uma dessas 3 entidades, tornando difícil identificar os limites individuais desses objetos. Existem vários elementos simbólicos que ajudam a mistificar, por meio de símbolos e relatos histórico-dramáticos, a criação do Conjunto Palmeiras, feitos por líderes comunitários de agora e de outrora, que ligam com mais força ainda esses elementos, tornando-os praticamente inseparáveis.

A Equipe Técnica do Instituto Palmas (2010) e Melo (2014), descrevem como a criação do Banco Palmas foi pensada no contexto dos seminários promovidos pela Asmoconp - “Habitar o Inabitável 2” - e que nesse processo de urbanização foi constatado que a população local não tinha condições financeiras de pagar taxas municipais de suas residências e começaram a vender suas casas e migrar novamente para áreas ainda mais longes e não urbanizadas. Para reverter esse processo e ciclo vicioso de gentrificação<sup>39</sup>, a Asmoconp teve a iniciativa de criar um projeto para geração de renda para a comunidade e assim nasceu o Banco Palmas.

Por sua vez, Paulino (2012) e Rodrigues (2016) identificam uma mudança de foco da Asmoconp, de lutas radicais vivenciadas no passado pelas demandas de crédito, trabalho e

---

39 É a versão aportuguesada de Gentrification (de gentry, ‘pequena nobreza’) [...] Processo de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. Os ‘gentrificadores’ (*gentrifiers*) mudam-se gradualmente para tais locais, cativados por algumas de suas características [...] A concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida locais, e levando à expulsão dos antigos residentes e comerciantes, comumente associados a populações com maior vulnerabilidade. (FFLCH Enciclopédia de Antropologia – USP)

Renda, reivindicadas pelo Banco Palmas, deixando de lado outros processos reivindicativos também importantes do poder de pressão do movimento comunitário local. Ao mesmo tempo, Mattos (2012) e Melo (2014) registram momentos históricos diferentes nas décadas de 70, 80 e 90, o que pode justificar um pouco a mudança de comportamento e de perfil que ocorre nas lutas comunitárias no Brasil e não apenas em relação a Asmoconp. Em especial, Melo (2014, p.103) destaca como marco histórico o final dos anos 1980:

No final dos anos 1980, o movimento da redemocratização no Brasil provoca uma mudança nas relações entre o poder e os movimentos sociais. Depois de anos de luta frontal e de proibição drástica, os dirigentes optam por uma nova estratégia: a 'cogestão'. A partir do momento em que o poder não consegue mais se impor pela força, opta por confiar tarefas aos atores dos movimentos sociais. Os líderes assumem funções que deveriam ser do Estado. Isso representa para ele uma dupla vantagem: encher as lacunas de sua política social e ocupar seus principais oponentes, delegando a eles suas missões mais importantes.

Esse marco coincide com o fim do período das grandes lutas populares da década de 1980 no Conjunto Palmeiras: por moradia, água, limpeza urbana e início de parcerias com entidades internacionais e poder público, conforme o Quadro 1.

De acordo com Joaquim Melo, para esclarecer esse ponto, deve-se elaborar uma linha do tempo para o Conjunto Palmeiras:

“Na década de 70, 80, foi a luta por água encanada, o povo não tinha água pra beber, não tinha luz, não tinha nada, então ali tinha uma convulsão social gigante. No final desse processo de urbanização do bairro foi criado o Banco Palmas. Então o Banco Palmas já se cria num momento em que essas grandes lutas sociais elas foram conquistadas. Você luta, luta, luta, conquista e vai pra casa, é normal. A gente não luta porque quer, [...] não, isso a gente faz porque é o jeito, eu queria estar em casa, assistindo uma televisão, um filme, eu queria viver.” [...] “[Depois] houve realmente quando o Banco Palmas surge em 1998, até eu diria em 2013, que também acompanha um pouco a crise que o Brasil melhora. Vem o Governo Lula, tem mais emprego, tem mais renda, a fome desaparece. Então houve realmente aí, digamos assim, um desaquecimento daquelas grandes lutas populares das décadas de 70 e [80] quando o Brasil não tinha nada.”

Para Joaquim Melo isso é a história normal com seus momentos de conquistas e derrotas, altos e baixos, não vendo relação direta entre o arrefecimento das lutas da Asmoconp com a criação do Banco Palmas. Ele justifica essa afirmação explicando que, no período de 2000 a 2015, anos governados preponderantemente pelo Partidos dos Trabalhadores, há um arrefecimento de lutas de base de rua em termos gerais no Brasil e não apenas no Conjunto Palmeiras.

Outro ponto abordado por Mattos (2012) que pode trazer arrefecimento nas lutas comunitárias é a mudança do perfil religioso das periferias das cidades, a perda de fieis e de espaço ligados à Igreja Católica em especial à Teologia da Libertação que teve uma forte participação na construção do Conjunto Palmeiras e uma forte expansão das igrejas evangélicas, em especial as neopentecostais ligadas a teologia da prosperidade. Joaquim Melo aborda essa questão evidenciando as diferenças entre os diferentes projetos de sociedade da teologia da libertação e a teologia da prosperidade enquanto esta procura a busca de um Deus individualmente e em oração intimista para a sua família, para aquela, Deus está na comunidade e você resolve os problemas coletivamente. Porém, existe um problema de fundo que faz toda a diferença e que precisa ser melhor compreendido e atuar sobre ele, Joaquim Melo, explica melhor a respeito:

“Eu acho que as igrejas pentecostais, eles conseguiram uma narrativa, um processo de comunicação de empatia com o povo que a gente [da esquerda] foi perdendo ao longo do tempo, numa crença falsa e que nós, ao meu ver, continuamos nela de que quem resolve os nossos problemas é um governo forte popular de esquerda, onde não é, quem resolve os nossos problemas é a comunidade organizada, [...]. E as igrejas evangélicas tomaram de conta, se associaram agora ao tráfico e tomaram conta de tudo.

Apesar de Joaquim Melo citar duas vezes a associação de igrejas evangélicas ao tráfico nesta entrevista, essa questão não foi aprofundada por conta do escopo desta monografia e por uma questão de tempo para conclusão da mesma, porém é algo que fica como sugestão para pesquisas futuras.

Visto essas mudanças históricas e de estrutura na sociedade brasileira Joaquim Melo compreende ser injusto que o Banco leve essa culpa sozinho, visto que o banco é um braço econômico e tem uma função específica que é levar crédito “bancarizar” os mais pobres. Ela poderia ser, pelo menos, compartilhada com os outros 18 grupos comunitários do Bairro, e posteriormente, na entrevista, faz um *mea culpa*, tentando entender aqueles pesquisadores que fazem essa crítica:

“Mas eu acho, sabe, que é muito assim, que é muito em cima da liderança. Eu acho que algumas lideranças estratégicas, e aí eu me considero no meio delas, se voltaram mais para o lado econômico da coisa, quer dizer, os últimos 10 ou 15 anos de minha vida, eu tenho focado minha ação muito no Banco. Realmente, até porque o Banco é nacional, agora é uma rede e tal, então de certa forma, eu me desloquei dessa militância mais social do ponto de vista das lutas pelas conquistas urbanas: água, luz, saneamento, violência, e me foquei mais na questão econômica, por opção de vida até, e talvez isso o pessoal sente muito, e eu até entendo essa coisa. Agora o que eu acho que não é correto do ponto de vista da própria sociologia da coisa, é dizer que

um banco é responsável por isso. A gente pode pelo menos compartilhar essa responsabilidade”.

Neste momento, Joaquim Melo volta a ressaltar que, atualmente, com o retorno da fome e a crise sanitária, o Palmeiras está fazendo plenárias populares, projetos sociais e se destacando em ações de combate a pandemia. Isso porque ele acredita que a semente de lutas e conquistas sociais foi marcada nas organizações sociais do bairro e que elas nunca perderam essa característica.

E diferente das lutas e conquistas por água, luz, saneamento, moradia, das décadas de 1970 e 1980, que também são muito importantes e fundamentais, a luta dos bancos comunitários por crédito, renda e trabalho é diária e contínua, ela não acaba uma vez tendo sido conquistada como os exemplos citados de obras de engenharia que ficam no tempo. A luta por crédito se faz toda segunda-feira e de certa forma na contramão do mercado sob a hegemonia do capital que produz desigualdades, como destaca Martins, (2008, p.14-15):

É o esforço de milhares de empreendedores que estão ousando construir, mesmo sob a hegemonia do capital, novas relações sociais. É, certamente, uma construção imperfeita - já que estes produtores estão imersos num mercado mundial que produz constantemente as desigualdades. Mas planta-se, no coração do sistema, o germe da mudança.

Parece existir um certo consenso entre alguns autores da Economia Solidária de que o grande desafio na maioria dos bancos comunitários seria o de manter sua autonomia, diante de constrangimentos do mercado e dos poderes públicos, o que é sintetizado por (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004) e, em termos gerais, corroborados por Coraggio (2017) e Schutz (2008), este colocando mais ênfase na superação de uma matriz assistencialista de políticas sociais pelos entes públicos e aquele em fortalecer a identidade emancipatória dos diversos atores da economia solidária. Nesse sentido, mais uma vez a força comunitária da Asmoconp e do Conjunto Palmeiras soma-se a da história do Banco Palmas, para lembrar de embates públicos com os governantes locais, na época da luta pelo canal de drenagem do bairro. Para demarcar o espaço de autonomia e evitar o uso político eleitoral, a Asmoconp usou como faixa política e de luta: “Deus criou o mundo e nós contruímos o Conjunto Palmeiras” (MELO, 2014, p.117).

Joaquim Melo entende que o Banco Palmas conseguiu manter-se fiel aos princípios e valores da economia solidária, pois, segundo ele, de outra forma eles não estariam mais vivos enquanto Banco, já que apenas a coerência com a história e a memória de práticas amparadas



na base comunitária dariam a eles essa autonomia. Por exemplo, em relação a campanhas eleitorais, ele entende que a política partidária é fundamental no campo da democracia, porém esta não esgota todas as possibilidades, pois existem outras possibilidades como a democracia direta e do poder popular, que termina por refletir também no resultado do trabalho do Banco Palmas, bem maior que aquele possível de ser alcançado por um vereador do bairro, caso algum fosse eleito. Porém, ele admite um certo desconforto em época de eleição com os comerciantes do bairro. E isso talvez explique um pouco a neutralidade ou a aparente neutralidade, pelo menos na questão político partidária, adotada pelo Banco Palmas nos últimos anos:

“Há uma politização por parte dos comerciantes. Todo ano que tem eleição os comerciantes se juntam e lançam um candidato e de certa forma tem uma relação com a gente, porque são os comércios que aceitam o cartão. Mas a gente não tem se envolvido muito nesse debate eleitoral e o banco libera as suas bases. Então aqui em época de eleição, tem gente que vota em todo mundo: PSOL, PT, PDT. A gente geralmente libera e não fecha em nenhum partido, porque a gente acha que tem que ser assim diverso, [...] É difícil, sabe, hoje nós temos 3.000 clientes, pessoas que tem empréstimo com o Banco, crédito e tal. Se eu colocar uma cor, nós somos do PSOL, do PT ou do PDT, isso vai criar uma implicação nos comércios, nos clientes, e tal. Enfim, então a gente prefere que o Banco fique neutro, não é neutro na política, a gente sabe pra onde a gente vai, mas a gente não fecha em questão partidária, num partido político, pra poder manter, digamos, essa nossa capacidade de diálogo com todas essas forças mais progressistas que tem no bairro, enfim, e por aí vai.”

Paulino (2012), percebe uma via de mão dupla na época de campanha eleitoral, em que políticos apoiam experiências comunitárias de desenvolvimento local e recebem apoio em processos eleitorais que assegurem a presença de propostas do movimento da economia solidária nos espaços de poder vinculados à esfera governamental, dentro do campo das forças progressistas citadas por Melo.

Outro aspecto importante em termos de autonomia dos Bancos Comunitários é a questão da institucionalização dessas experiências e a tendência delas se distanciarem da lógica solidária para a qual foram criadas, principalmente quando o Estado define a regra do jogo por meio de editais (RODRIGUES, 2016; PAIVA, 2015). Este autor, porém, também viu a importância do apoio dado a Economia Solidária por meio da SENAES/ MTE o que permitiu a inclusão da mesma na agenda pública federal no governo Lula e Dilma.

Joaquim Melo relata a importância da tentativa de institucionalização da economia solidária no Governo Lula.

**“Eu acho que isso ajudou o Banco Palmas, aí virou uma política pública tímida, pequena, mas virou uma política pública, tinha um orçamento anual pra isso, tinha um orçamento anual pra você desenvolver bancos comunitários no Brasil. O BNDES abriu uma linha de crédito pra apoiar esses bancos comunitários, pra pegar dinheiro, pra emprestar, tímido ainda, muito tímido, muito pequeno, mas**

**tinha, [...] institucionalizar não significa dizer engessar, criar um marco regulatório pesado, você pode institucionalizar, esse é um debate importante, **você pode institucionalizar com as suas características, não é fácil**, as vezes você quer institucionalizar e impor a uma espécie de economia solidária o mesmo marco regulatório que você impõe para a economia de mercado, aí eu não vou, porque ela perde as suas características, mas você pode institucionalizar sem engessar, **pena que a Lei da Luiza Erundina que estava tramitando no Congresso Nacional, uma lei para criar no Brasil a regra própria dos bancos comunitários.**” (grifos nossos)**

Relata também a importância de subsídios para o setor como uma forma de democracia econômica, visto que os governos subsidiam fortemente a iniciativa privada.

**“Isso é importante, porque o governo subsidia a economia capitalista ou não? Os maiores empréstimos do BNDES são para os maiores grupos empresariais, a juros muito mais baratos do que a gente pega. Até 2014 tivemos empréstimo no BNDES a juros de 1%, a JBS e o Eike Batista tinha 0,025%, então quem subsidia a economia capitalista é o Governo. [...] O que a gente defende é que o Governo pelo menos consuma da economia solidária o tanto quanto ele consome da economia capitalista.”** (grifos nossos)

Quanto aos valores e princípios da economia solidária elencada nos referenciais teóricos pesquisados nos capítulos 2 e 3, encontram-se algumas características que foram mais citadas e repetidas, que transformamos em categorias. Adiante, elas serão elencadas em 2 quadros de práticas do Banco Palmas, no decorrer de sua existência, citando exemplos concretos de programas e/ ou ações realizadas para cada caso:

Como “valores”, destacam-se algumas categorias citadas como: Questões de Gênero, de Raça, Valorização da Diversidade, Meio Ambiente, Poder Local e Questões Trabalhistas, conforme quadro a seguir:

**Quadro 3 – Análise das Categorias de Valores do Banco Palmas**

| <b>Valores</b>             | <b>Sim/<br/>Não/<br/>Parcial</b> | <b>Exemplos citados/ comentários</b>  |
|----------------------------|----------------------------------|---|
| Gênero                     | Sim                              | 90% dos funcionários, incluindo os dois mais importantes cargos da entidade: (presidente e diretor financeiro) e 70% dos clientes, são mulheres, com vários programas e ações voltadas para a participação e empoderamento das mulheres |
| Raça                       | Não                              | Apesar do respeito que o tema é tratado, não existiu programa específico para a questão de raça   |
| Valorização da Diversidade | Sim                              | Programa “Os diferentes”, realizado em 2014 por 2 anos, composto por homossexuais, brancos, negros, mulheres, deficientes físicos, terminou criando uma cultura de um respeito muito forte para a diversidade no Banco                  |

|                       |         |  |
|-----------------------|---------|--|
| Meio Ambiente         | Parcial | Apesar de participar muito ativamente das ações ambientais por meio do comitê do bairro, entende que o Banco Palmas deve um projeto consolidado para o bairro, esta é a expectativa e o desafio do Banco para os próximos anos.  |
| Poder Local           | Sim     | O Banco participa ativamente do comitê do bairro, formado por 18 instituições do bairro, bem como das ações comunitárias, a exemplo do “Bucho Cheim”, movimento comunitário de combate à fome do Palmeiras que está em andamento.  |
| Questões Trabalhistas | Sim     | Todos os trabalhadores do Banco são celetistas e estão sindicalizados  |
| Formação Cidadã       | Parcial | Para os empregados do Banco Palmas existe o curso obrigatório “Consultores Comunitários” de 300 horas aula, que atende a esse ponto. Porém, para os clientes, pelo menos no período de pandemia estão mais restritos a cursos virtuais e focados em negócios, sem menção a formação cidadã – Empreendedorismo, Educação Financeira e Como registrar o seu negócio. |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Banco Palmas, conforme quadro acima, possui ações realizadas em praticamente todas as categorias de valores elencados. Dos 7 valores, possui 4, 2: ele atende parcialmente e apenas 1 não atende. Dessa forma poderíamos dizer que “matematicamente” ele atenderia a 72% dos valores mais citados na literatura de economia solidária pesquisada.

Foi realizado o mesmo exercício para as categorias dos chamados princípios ou práticas esperadas da economia solidária. Destacaram-se como categorias as seguintes características: Autogestão, Repartição de Lucros, Movimento em Redes, Preço Justo e Consumo Responsável, analisados no quadro a seguir:

#### Quadro 4 – Análise das Categorias de Princípios do Banco Palmas

| Princípios           | Sim/<br>Não/<br>Parcial | Exemplos  |
|----------------------|-------------------------|---|
| Autogestão           | Sim                     | Ser geridos por uma organização local ONG - Instituto Palmas. Os próprios moradores fazem a gestão do Banco.          |
| Repartição em Lucros | Sim                     | Os excedentes são reinvestidos na própria comunidade  |
| Movimento em Redes   | Sim                     | Participa de forma ativa do Comitê do Bairro com outras 18 instituições comunitárias. Acredita que a saída é por meio |

|                   |     |   |
|-------------------|-----|---|
|                   |     | coletivo. Além de participar de redes colaborativas com outros bancos solidários e cooperativas.        |
| Consumo solidário | Sim | Isso é um tema transversal para o banco solidário, devendo não explorar no preço e consumir localmente. |
| O Bem Viver       | Sim | O Banco participa de mutirões para limpar as ruas e outras ações sociais como sopão, Bucho Cheim...     |

Fonte: Elaborado pelo autor

O Banco Palmas, por sua experiência e pioneirismo, consegue se mostrar atuante em todos os princípios que foram elencados como categorias da economia solidária, ou seja, atinge matematicamente 100% dessas categorias de princípios, o que eleva, levando em considerações a soma das categorias de princípios e valores elencados nos quadros 3 e 4, para um percentual total de 86%, confirmando a coerência das práticas solidárias do Banco Palmas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acho que Jesus Cristo esteve o tempo todo no Palmeiras naquela época difícil (AUGUSTO BARROS – Líder Comunitário) *in memoriam*

O Banco Palmas é um caso, pode-se dizer assim, que merece ser estudado, e assim está sendo, não apenas no Brasil como também no exterior, dezenas, provavelmente centenas de estudantes já realizaram suas pesquisas com esse objeto em nível de graduação, especialização, mestrado ou doutorado, infelizmente, não existe uma catálogo de monografias consolidado que facilite o trabalho dos pesquisadores e pesquisadoras neófitos ao se debruçarem sobre o tema e este pode ser um novo trabalho feito pela academia futuramente. Neste trabalho, encontra-se, por exemplo, uma amostra dessas referências com destaque para o Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFC com 4 teses sobre o objeto desta monografia ampliado em sua tríade: Conjunto Palmeiras – Asmoconp – Banco Palmas e com enfoques diferentes das Ciências Sociais - Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas (MATTOS, 2012; PAIVA, 2015; PAULINO, 2012; RODRIGUES, 2016), outra referência muito importante foi o livro Viva Favela! Os pobres assumem o seu próprio destino de Joaquim Melo fundador do Banco Palmas (MELO, 2014) que relata a história de um dos principais protagonistas do processo de fundação do Banco Palmas e urbanização do Conjunto Palmeiras, hoje Bairro Palmeiras.

Talvez a riqueza deste caso seja porque ele congrega vários elementos do seu tempo histórico na sociedade brasileira: o processo de urbanização das periferias das grandes cidades com a higienização e gentrificação dos pobres para as áreas periféricas da cidade, as lutas comunitárias por água, luz, esgoto, asfalto, transporte e mobilidade urbana das décadas de 1970 e 1980, mais recentemente a violência urbana e o tráfico, além da forte influência no passado da CEB's com a teologia da libertação, ligada à Igreja Católica e mais recentemente a influência da teologia da prosperidade ligada as Igrejas neopentecostais evangélicas, além de aspectos políticos de vários governos ligados a setores da direita, centro e esquerda (FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro), e por fim, mas não menos importante, a evolução da economia solidária no mercado brasileiro com todos os conflitos que este possui em termos de bancarização, marco legal, que se caracteriza por ser um dos mais desiguais do mundo.

Feito esse preâmbulo, pode-se passar aos resultados diretos ou indiretos percebidos nesta pesquisa, podendo se destacar:

- A economia solidária, por ser baseada em uma economia plural (mercantil, não mercantil e não monetária), diferentemente da economia capitalista neoliberal, possui mais elementos democráticos e substantivos para enfrentar as crises ambientais e humanitárias que a sociedade moderna está passando sistematicamente, incluindo neste âmbito o enfrentamento a crise sanitária do Covid-19;
- O caráter híbrido da Economia Solidária – pelo fato de estar dentro do mercado capitalista e possuir objetivos alternativos a este – não a impede de ser coerente com os seus objetivos solidários, dentro de seus limites de atuação, pelo menos isso não se dá *a priori*;
- O Banco Palmas foi uma das muitas lutas da Asmoconp para o Conjunto Palmeiras, assim como foi a luta por água, energia, saneamento, moradia, havendo um processo de continuidade de conquistas para o Palmeiras e não uma descontinuidade no processo das lutas comunitárias, como sugere alguns autores;
- Existe um certo consenso na teoria sobre Economia Solidária, que o grande desafio na maioria dos bancos comunitários seria o de manter sua autonomia, diante de constrangimentos do mercado e dos poderes públicos, *lato sensu*, pode-se dizer que o Banco Palmas conseguiu na sua trajetória manter-se fiel aos princípios e valores da Economia Solidária, apesar de passar por certos constrangimentos em épocas de campanhas eleitorais;
- Apesar de alguns autores citarem que a tendência da institucionalização das experiências de economia solidária interferir e distanciar da lógica solidária para a qual os bancos comunitários foram criados, o caso brasileiro mostra o contrário, que a institucionalização colocada em prática pelos governos mais progressistas serviram, mesmo que muito timidamente, para que a economia solidária entrasse na agenda governamental pública e que não houve mais avanços pela falta de um marco regulatório coerente com as características próprias da economia solidária e de uma institucionalização maior. A falta de institucionalização e de agenda pública para a economia solidária é, na verdade, um problema maior.
- Em relação aos valores e princípios elencados e avaliados nesta monografia em forma de categorias, eles foram avaliados positivamente, em termos

quantitativos por um percentual total de 86%, confirmando a coerência das práticas solidárias do Banco Palmas.

Dessa forma, com os limites inerentes de um trabalho de monografia de graduação, entende-se que o mesmo obteve o seu propósito de atender aos seus objetivos gerais e específicos, ressaltando que o Banco Palmas tem atingido seu objetivo de Banco Solidário por possuir e adotar práticas coerentes aos valores e princípios nos termos da teoria e estado da arte sobre economia solidária no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALVES NETO, F. **Conjunto Palmeiras**. Fortaleza: Expressão, 2016.
- BANDEIRA, C. I. A. **Microcrédito Emancipatório no Nordeste do Brasil?: estudo de caso do crediamigo comunidade nos municípios de Caucaia – CE e Maranguape - CE**. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto e Aufusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CORAGIO, J. L. Economia Social e Solidária os alcances do projeto e da política. In: DE SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Orgs.). **A Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho**. São Carlos: EDUFSCar, 2017. (p. 31-46).
- DE SOUZA, A. R. O estado da Produção de Conhecimento Científico sobre a Economia Solidária no Brasil. In: DE SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Orgs.). **A Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho**. São Carlos: EDUFSCar, 2017. (p. 98-102).
- DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. Por que oito famílias têm mais riqueza que a metade da população do mundo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- EQUIPE TÉCNICA DO INSTITUTO PALMAS**. 1º Banco Comunitário do Brasil 100 perguntas mais frequentes. Fortaleza: Instituto Palmas, 2010. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/bancopalmas/banco-palmas-100-perguntas-mais-frequentes>>. Acesso em: 28 jun.2020.
- FERRARINI, A. V. **Pobreza: a possibilidade de construção de políticas emancipatórias**. 2007. 195f. Tese (doutorado em sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- FFLCH. Enciclopédia de Antropologia – USP. ISSN: 2676-038X. Disponível em: [ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificação](http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificação). Acesso em: 14 abr. 2021
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia Solidária uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria de Araújo. **A sombra desta mangueira** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, nº 4, p. 799-834, 2004.
- GERMER, C. A Economia Solidária: uma crítica marxista. **Outubro**, São Paulo, n. 14, p. 193-214, jul./dez. 2006.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação das riquezas das nações**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.



- HILLENKAMP, I. Os Universos da Economia Solidária economias morais e relações sociais na região sul-americana. In: DE SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Orgs.). **A Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho**. São Carlos: EDUFSCar, 2017. (p. 47-58).
- INSTITUTO BANCO PALMAS. **Manifesto Banco Palmas 20 Anos**: Conectado. Notícias, 20 jan. 2018. Disponível em:< <https://cutt.ly/LcG2F3O>>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- LAVILLE, J. L. Economia Solidária e Desafios Epistemológicos. In: DE SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Orgs.). **A Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho**. São Carlos: EDUFSCar, 2017. (p. 23-29).
- LISBOA, A. M. Economia Solidária e Autogestão: imprecisões e limites. **RAE**, v.45, n.3, jul./set. 2005. p.109-115.
- MARTINS, A. Apresentação: de oportunidades e desafios. In: SCHUTZ, R. *et al.* **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (p. 7-18).
- MATTOS, G. **A favor da comunidade – modos de viver a política do bairro**. Campinas: Pontes, 2012.
- MELO, J. **Viva Favela!** Quando os pobres assumem o seu próprio destino. São Paulo: Idéias & Letras, 2014.
- MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- PAIVA, V. R. A. **Dilemas e Perspectivas de institucionalização das Finanças Solidárias: a experiência dos Bancos Comunitários no Ceará**. 2015. 350 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- PAULINO, A. G. L. **Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas**. Fortaleza: UFC, 2012.
- PAULINO, A. G. L. Entre o diálogo e a resistência: o movimento social de bairro no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza-CE. **CADERNO CRH**. Salvador, v. 32, n. 87, set/dez.2019, p. 659-677.
- REINTJEZ, C. Outra economia além do capital. In: SCHUTZ, R. **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (p. 85-90).
- REINTJEZ, C. A revolução das segundas feiras. In: SCHUTZ, R. **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (p. 91-94).
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RODRIGUES, M. F. S. **Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras: etnografia sobre a solidariedade de um bairro**. Fortaleza: UFC, 2016.

- SÁ, J. Economia Social da crise às oportunidades. In: DE SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Orgs.). **A Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho**. São Carlos: EDUFSCar, 2017. (p. 73-84).
- SAHLINS, M. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, E. (org.) **Antropologia Econômica**. São Paulo : Ciências Humanas, 1978. (p. 7-44)
- SANCHEZ, F. J. B. Autogestão, Economia Solidária e “Invenções” Democráticas na América Latina. In: DE SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Orgs.). **A Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho**. São Carlos: EDUFSCar, 2017. (p. 85-93)
- SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SCHUTZ, R. Economia popular solidária: horizontes para a educação popular. In: vários autores. **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (p. 19-52).
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. Propagação Mundial da Economia Solidária. In: DE SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Orgs.). **A Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho**. São Carlos: EDUFSCar, 2017. (p. 15-21).
- TRIGO, G. D. S. Economia Social e Solidária condicionamentos globais, possibilidades e desafios. In: DE SOUZA, A. R.; ZANIN, M. (Orgs.). **A Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho**. São Carlos: EDUFSCar, 2017. (p. 59-72).
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- WELLEN, H. **Para a crítica da Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

## **APÊNDICE**

**APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O SENHOR JOAQUIM MELO,  
FUNDADOR DO BANCO PALMAS**

1. Você poderia falar um pouco como nasceu o Banco Palmas?
2. Qual era a missão, visão e valores para que foi criado?
3. Como o senhor caracteriza a Economia Solidária que existe no Banco Palmas? Consegue apontar algumas características ou estratégias utilizadas pelo Banco ao longo do tempo?
4. Como o Banco Palmas afeta a vida dos seus clientes?
5. Como o Banco Palmas afeta a vida do Bairro Palmeiras? [E dos outros moradores que não são clientes do Banco Palmas? ]
6. O senhor pode responder se as seguintes questões são tratadas pelo Banco Palmas; e, em caso positivo, dar exemplo de como elas são tratadas:
  - 6.1 Questões de gênero? (Sim) / (Não) / (Exemplo);
  - 6.2 Raça? (Sim) / (Não) / (Exemplo);
  - 6.3 Valorização da diversidade? (Sim) / (Não) / (Exemplo);
  - 6.4 Meio Ambiente? (Sim) / (Não) / (Exemplo);
  - 6.5 Territorialidade ou Empoderamento Local? (Sim) / (Não) / (Exemplo);
  - 6.6 Questões trabalhistas ou direitos dos trabalhadores? (Sim) / (Não) / (Exemplo);
  - 6.7 Formação cidadã ou profissional dos clientes e funcionários do Banco? (Sim) / (Não) / (Exemplo);
7. O senhor pode responder se as seguintes práticas são adotadas pelo Banco Palmas; e, em caso positivo citar algum exemplo:
  - 7.1 Autogestão no Banco Palmas? (Sim) / (Não) / (Exemplo);
  - 7.2 Repartição de lucros (Sim) / (Não) / (Exemplo);
  - 7.3 Alianças políticas e econômicas? [Movimento em Redes? ] (Sim) / (Não) / (Exemplo);
  - 7.4 Preços justo ou consumo responsável e solidário no Banco Palmas? (Sim) / (Não) / (Exemplo);
8. Como a Economia Solidária e o Banco Palmas foram tratados pelos governos do PSDB (FHC), PT (Lula e Dilma), PMDB (Temer), PSL (Bolsonaro)?
9. O Banco Palmas já foi muito pesquisado. O senhor sabe informar o número de monografias, dissertações e teses que foram realizadas especificamente sobre o Banco Palmas?

10. Como o senhor analisa, por exemplo, as críticas de alguns autores na academia sobre a economia solidária: “A economia solidária no melhor dos casos realiza uma crítica romântica ao sistema capitalista e não contribui para um processo de transformação social”?
11. Como o senhor entende essa dicotomia capitalismo x socialismo e onde a economia solidária está situada nessa discussão?
12. E como o senhor analisa especificamente críticas sobre o Banco Palmas: “Antes do Banco Palmas existia luta política no Conjunto Palmeiras e depois se deu um processo de acomodação nessas lutas? ” (Um processo de neutralização e acomodação política das organizações sociais)
13. Fale um pouco sobre a história do Instituto Palmas e qual o seu propósito.
14. Após a criação do Banco Palmas (1998) houve engajamento de lideranças em campanhas eleitorais? Como o senhor percebe essa relação? É bom ou ruim para o Banco?
15. Sabemos que o Conjunto Palmeiras recebeu uma participação importante da Igreja Católica, Ceps e você também é proveniente do movimento pastoral católico. Como o senhor vê essa tomada de espaço na periferia das grandes cidades pelo movimento neopentecostal das igrejas evangélicas, inclusive dentro de alguns movimentos católicos mais conservadores. Isso afeta(ou) de alguma forma a economia solidária ou os movimentos populares comunitários?
16. Como o processo de institucionalização da Economia Solidária afeta o Banco Palmas?
17. A economia solidária necessita de subsídios de governo? Isso é importante?
18. O senhor considera que o Banco Palmas conseguiu manter-se fiel aos princípios e valores da economia solidária durante a sua trajetória até hoje?
19. O senhor considera que o Banco Palmas cumpre o papel para o qual foi criado?
20. Como a pandemia COVID 19 afetou o trabalho no Banco Palmas?
21. Teve alguma estratégia específica para enfrentar essa pandemia?
22. Como o senhor enxerga o futuro do Banco Palmas?
23. Como o senhor enxerga o futuro do Bairro Palmeiras?
24. Como o senhor enxerga o futuro da Economia Solidária?

## APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM O SENHOR JOAQUIM MELO, FUNDADOR DO BANCO PALMAS

Entrevista realizada em 19 de março de 2021 com a duração de 1h33m39s, via ferramenta tecnológica de reunião *on-line* (*Google Meet*).

**IDELFO** - Joaquim, na minha monografia, a questão principal é “Como o Banco Palmas procura superar os desafios da economia capitalista e manter-se fiel aos princípios da economia solidária, desde a sua fundação até o momento atual?” [...] Aí a primeira pergunta é pra você falar um pouquinho como é que nasceu o Banco Palmas?

**JOAQUIM** – O Palmeiras era uma grande favela. O pessoal veio pra cá em 73, vítimas da especulação imobiliária, enfim, eram moradores da beira-mar, e durante 20 anos o povo se organizou, se mobilizou e fizemos mutirões comunitários, criamos equipamentos sociais, creche comunitária, escola comunitária, mercado comunitário. Enfim, no final da década de 90, 1.995 por aí, 1.996, o Palmeiras já era um bairro popular, [...] embora tudo muito comunitário. Era muito, digamos precário, mas já não era aquela favelização ou matagal de tantos anos atrás, mas a pobreza econômica era muito grande ainda, [...] E daí o Banco surge, [...] foi quando em 97, mais ou menos, começo de 97, a gente se fazia essa pergunta: “por que nós somos pobres?” [...] E aí tinha um dado que as pessoas começavam a ir embora para outros locais também, porque começou a chegar conta de água, de luz, para uns até IPTU que não tinha, e o pessoal não podia pagar as contas e ia embora. E nós fizemos a famosa pesquisa, do mapa da produção e do consumo, [...] que foi o primeiro mapeamento que a gente faz até hoje. [...]E no final do dia a gente viu que já tinha mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) de compras no bairro, só que 93% comprava tudo fora do bairro. [...] Fizemos 96 reuniões discutindo com as pessoas, olha aí já tem muito dinheiro aqui, o problema é que a gente empobrece, porque perde essas poupanças locais. Então, foi fruto dessa conversa, desse debate, os dados desse mapeamento que a gente teve essa intuição, de dizer assim, olha: nós somos os responsáveis pelo nosso desenvolvimento econômico. O que define a parada é o consumo, se a gente consumir, de nós próprios, a gente vai começar a produzir, vai ter quem consuma, e nós vamos gerar emprego. [...] Daí criamos o primeiro cartão de crédito do Planeta Terra de papel, que era o Palma Card, que foi o primeiro instrumento nosso, cartãozinho de crédito que as pessoas iam ao banco pegavam R\$ 20,00 emprestado, nas costas, era como se fosse uma caderneta “ambulante” o comércio assinava as compras e conferia se o teto não havia acabado, e aí começou muita gente

comprar no bairro. Quando muita gente começou a comprar no bairro, tinha uma linhazinha de crédito que as pessoas podiam produzir, aí começou a surgir o salãozinho de beleza, o pessoal que fazia o sabonete, o material de limpeza, aí foi surgindo as pequenas empresas locais.

**IDELFO** – As empresas hoje têm essa história de missão, visão, valores, [...] se vocês tivessem pensado [naquela época da criação do banco, qual teria sido] a missão do Banco Palmas, pra que ele foi criado?

**JOAQUIM** – Na época, claro, a gente não tinha essas definições todas, eu gosto de sempre dizer que hoje se relaciona muito o Banco Palmas, a economia solidária, mas na época não tinha nem esses conceitos, esses conceitos vieram 3 anos depois. A gente ficou batizando de economia solidária, mas a gente já fazia antes, a missão é e sempre foi naquela época, embora a gente não dissesse isso provavelmente, era gerar desenvolvimento econômico a partir do local, [...] A crença de que o local é o primeiro espaço para se desenvolver economicamente, [...] e a visão é de que quem faz a oferta é a demanda, então se eu tenho pessoas que consumam aqui dentro vai surgir empresas né? [...] porque é uma inversão, até na época mesmo, até hoje, a pessoa tem que dizer assim, quando se pensa em desenvolver economicamente um município, um bairro, um país, você pensa na produção, vamos criar as empresas, a nossa lógica é ao contrário você tem que pensar em políticas de incentivo ao consumo local, dirigido para aquilo que você quer, não é um consumo qualquer. Então, a grande visão do Banco Palmas, era dizer assim, o que vai definir a parada é o consumo, é por isso que o primeiro produto [...] foi o “Palma Card”, porque a gente queria criar um grupo de pessoas, que comprassem no local. Quando ela começasse a comprar, as pessoas têm interesse em produzir e foi dito e certo né? Então essa que é a nossa grande sacação. A gente tem muito mais expertise em fazer as pessoas consumir localmente, do que elas produzirem, porque a gente acha que espontaneamente, esse desejo empreendedor de produzir vem. Então, é estimular, que as pessoas consumam localmente.

**IDELFO** – Você diz que a economia solidária veio um pouco depois da criação do banco, como é que foi isso?

**JOAQUIM** – Essa história é muito engraçada, porque o Banco Palmas já existia, já tinha o Palmacard e tal, era de 1998. Em 2000, [...] teve um movimento em Paraná, na Universidade Federal do Paraná, e era um evento sobre moeda social, eu ouvi aquilo ali, pô, “a gente já faz

isso aqui, legal! ” Eu escrevi uma carta para o professor que estava organizando, era a faculdade de economia, dizendo, olha, a gente tem aqui uma experiência, eu queria participar para escutar aí, e ele permitiu. Era um evento mais para acadêmico, mas eu fui lá como ouvinte, e aí eu fiquei dois dias lá sentado na minha cadeira lá no auditório, e no final fizeram uma metodologia para todo mundo se apresentar e tal, dizer o que achou do evento e foi a primeira vez que eu falei, eu falei assim, eu sou do Ceará, vim aqui, aprendi muito, eu tenho um banco comunitário lá, nós temos um cartão de crédito popular, e os caras ficaram assim: “de onde é que surgiu esse menino?” Caladinho aí o evento todo.... Eu voltei pra Fortaleza, com dois dias, o Marcos Aroldo, que é o economista da economia solidária ligou e disse: olha é lá em Mendes, que é no Rio de Janeiro, em julho a gente vai fazer um encontro, o primeiro encontro nacional de cultura e economia solidária e eu queria que você fosse falar lá, daquela experiência que você falou lá no encontro do Paraná. Eu fui, então foi em julho que pela primeira vez eu me apresentei para o Brasil, enquanto experiência de Banco Comunitário, de moeda social, e toda essa coisa de produzir e consumir localmente e tal, e os caras ficaram lá assim, “pô velho, isso acontece, isso já é real? ” Porque tudo lá era teoria, [...] e lá que eu vi os conceitos, economia solidária, rede de prossumadores, moeda social, esse cartão palma card e tal... quando eu voltei pra Fortaleza eu comecei a batizar as coisas, olha isso aqui agora é uma rede de “prossumadores”, que era o que a gente já fazia, comprar um do outro, nós somos uma espécie de “economia solidária”.

**IDELFO** – [O Senhor poderia] apontar algumas estratégias do Banco, dentro da economia solidária que se destacaram mais ao longo do tempo?

**JOAQUIM** – Primeiro a “autogestão”, quer dizer, nós somos um banco local geridos por uma organização local, nós temos o Instituto Palmas, que faz o gerenciamento do Banco Palmas, então essa coisa da autogestão, ela não tem dono, o dono é um coletivo, nós somos uma ONG da sociedade civil, temos sócios, então, não tem um dono privado. O banco é coletivo, o banco é de quem investe nele, então se no final do ano se o banco tiver lucro, ele vai ter que reinvestir na própria comunidade, [...] são os próprios moradores que fazem a gestão do próprio banco. Eu acho que a outra característica muito forte é a “distribuição da riqueza”, [...] o banco não tem lucro, tem excedentes, ele paga suas contas de água, de luz, de funcionários, mas esse lucro não é privado, [...] e todos os excedentes são reinvestidos na própria comunidade, [...] que é a característica que a riqueza é distribuída entre os trabalhadores que produziram. Eu acho que outra característica muito forte é da “cooperação”: na hora que a pessoa compra da outra, eu compro da mercearia do João, que compra na farmácia do José, que compra na peixaria, isso



gera uma grande rede de cooperação, [...] da “colaboração” que nós temos nossas cooperativas, que o banco financia, então de colaborar uns com os outros pra renda e pra produção [...], e talvez no mais o “bem viver”, [...] o Banco Palmas participa dos mutirões comunitários pra limpar as ruas, ele participa agora, por exemplo, na pandemia, todo dia a gente faz um sopão pras famílias que estão passando fome, [...] é outra característica da economia solidária, viver a vida como centro e não o lucro e não o dinheiro como o centro.

**IDELFO** - Você [poderia falar um pouco mais] dessas alianças do movimento em Redes?

**JOAQUIM** – Sim, “atuar em rede”, [...] aqui no Conjunto Palmeiras, a gente tem um “Comitê do Bairro”, que é uma coisa importante, que o Banco Palmas participa, ele não é o dono, é um comitê, é uma rede, mas ele é um grande estimulador do comitê. São 18 instituições: Centro de Nutrição, Associação Cordapés de Dança, Companhia Bate Palmas, Associação do Conjunto Palmeiras, Associação de Mulheres, Cooperativas,..., a gente faz um grande comitê do bairro e decide coletivamente as estratégias, nossas plenárias, nossas bandeiras de luta, agora esse movimento não é? Que a gente chama de “Bucho Cheim”, que é o movimento de combate à fome aqui no bairro, então, [...] na fachada do Banco Palmas tem uma expressão que é até do professor Paul Singer que nós pegamos pra nós e está escrito na frente do Banco Palmas na parede: “Ninguém supera a pobreza sozinho”, ou seja, é a crença que a saída é coletiva, ninguém consegue sair da pobreza, da miséria e de nenhum problema sozinho, o contrário disso é tirania, [...] você acreditar que eu sou o Deus, que eu posso resolver os problemas, cada qual por si e Deus por todos, não tem espaço pra todo mundo, então é salve-se quem puder, é disputar o mercado, porque o mercado se ganha disputando, quando eu disputo, um ganha e outro perde, e a gente tem a concepção do contrário, de que a saída é coletiva, ou é coletiva, ou não é saída, não é voltar a injustiça, a repressão, a desigualdade, tudo isso que a gente está vendo por aí, não é? [...] ou é bom pra todo mundo ou não é bom. Essa é a frase que define. [...]

**IDELFO** – Tem outra característica que eu não sei se se aplica ao Banco Palmas: preço justo, consumo responsável e solidário?

**JOAQUIM** – É, totalmente. Como o Banco Palmas é uma experiência da economia solidária, é transversal a tudo isso. A gente costuma resumir o seguinte: se eu vou fazer uma camisa, dessa aqui que é feita pelas mulheres do bairro - da Palma Fashion – ela precisa de quatro fatores: primeiro é o “capital solidário”, ou seja, tem um banco que acredita nessa mulher muito pobre

da periferia, [...] tem que ser uma lógica de finanças solidárias, [...] depois tem a “produção sustentável”, [...] ela tem que ter prática de não combater o meio ambiente, de participar da vida da comunidade, de não ter ali violência de gênero, nem outro tipo de violência, então é isso que a gente chama do “consumo [sustentável]”, [...] tem que ter uma lógica do “consumo e do comercio justo”, esse comercio que você compra não só porque é moda, porque é mais bonito, porque é mais barato, mas também porque isso também termina impactando a vida das pessoas né? E o quarto é o “consumo ético”, não basta só eu comercializar de forma justa, comercio justo é não explorar no preço, eu tenho que consumir os produtos locais. Então na verdade o banco, como ele é um banco que estimula a produção e o consumo, ele perpassa de forma transversal essas 4 grandes características do ato econômico em si da economia solidária.

**IDELFO** – Como é que você vê, Joaquim, como o banco afeta a vida do pessoal do Conjunto Palmeiras, agora Bairro Palmeiras, tanto dos clientes, como dos não clientes? Pois o Bairro Palmeiras é muito grande, nem todos os residentes no Bairro Palmeiras são clientes do Banco Palmas,

**JOAQUIM** – Eu poderia dividir nos aspectos, digamos assim, é quantitativos, que impacta quantitativamente porque ele gera empregos, porque ele melhora a renda, porque ele oferece oportunidades de você ter sua própria empresa, [...] E do ponto de vista qualitativo, eu acho que ele ajuda ao bairro a se organizar, ajuda as pessoas a acreditarem nelas próprias, ele ajuda a autoestima, a confiança, o empoderamento da comunidade, a certeza de que o local é portador de soluções, então eu acho o Palmeiras hoje é um bairro muito mais organizado, é um bairro muito mais unido, as lideranças são mais conectadas umas com as outras e se faz muito mais respeitado como o bairro que é protagonista de suas ações e o banco tem esse papel, a partir que ele tem uma moeda própria, um cartão próprio que ele articula ali o mercado, ele vai também através disso organizando as pessoas. Então, eu acho que a maior contribuição do Banco Palmas, além do aspecto econômico de geração de renda, trabalho, emprego, é, talvez mais importante do que isso, é ele proporcionar essa autoestima, essa crença, esse empoderamento, o que a gente chama de poder local, criar esse “poder local”, essa autonomia, essa crença, isso é um problema hoje no Brasil, no Ceará e no Brasil seríssimo, [...] aqui a gente tem uma metodologia de sempre, sempre foi, desde sempre, desde o começo que é: “política pública é um direito”. O Estado tem um papel importantíssimo, mas você nunca, nunca em 20 anos, você vê a gente cobrando do Estado alguma coisa que a gente antes não tenha experimentado fazer, sempre a gente bota pra fazer, começa a fazer, daí a gente cobra o Estado,

que ele apoie, que ele amplie. Sempre foi assim, a gente não pediu uma agência bancária, a gente criou o banco, agora por exemplo no momento a campanha pela fome, os moradores estão se reunindo, faz coleta de cesta básica, cozinha, e estamos dizendo que o Estado tem que garantir o auxílio emergencial, tem que garantir a renda básica, tem que garantir apoio às famílias, mas nós já estamos fazendo, isso tem um efeito pedagógico muito grande, de colocar nas pessoas a crença nelas próprias, a gente cobra a limpeza pública, mas a gente todo sábado faz um mutirão de limpeza das ruas, então essa pedagogia do aprendizado, essa pedagogia do poder local, tudo que funciona tem o poder local, é uma contribuição muito forte eu acho do Banco Palmas, as pessoas aqui, é claro.

**IDELFO** – Joaquim, tem algumas questões aqui de cidadania que eu queria apontar, umas 7 questões e você vê se o Banco Palmas trata dessas questões e se poderia citar algum exemplo, pode ser?

**JOAQUIM** – Pode.

**IDELFO** – “Questões de Gênero”.

**JOAQUIM** – O Banco Palmas hoje CLT carteira assinada, nós temos 25 pessoas, 90% são mulheres, naturalmente, e não foi um critério, elas mesmas se candidataram e levaram vantagem na seleção 70% dos clientes do Banco são mulheres, isso é uma coisa importante, porque as mulheres nas periferias elas desafiam mais, elas são mais empreendedoras. [...] A presidenta do Banco Palmas é mulher, o segundo cargo que é mais importante que é o diretor financeiro é uma mulher, então, ele é gerenciado por mulheres, então as mulheres espontaneamente tomaram conta do banco sem pedir licença, foram chegando e levando. Eu acho que uma característica forte da periferia é essa não é? E aqui não é diferente. “Projeto Elas”, Projeto Incubadora Feminina”, “Ação Emancipadas” e vários programas também que o banco promoveu e organizou ao longo de sua trajetória que deu no que deu. Eu acho que hoje “Cooperativa Prato Colorido”, que é uma das mais fortes, 100% de mulheres, o “Centro de Nutrição”, acho que essa participação feminina hoje, ela também é fruto de muitos programas que a gente criou ao longo dos anos de participação e de empoderamento das mulheres.

**IDELFO** – “Raça”.

**JOAQUIM** – Olha, eu acho que a gente tem um respeito muito grande, não tem nenhum programa direcionado a isso, não tem nenhum indicador disso. É dizer que nossos funcionários, boa parte são negros, a primeira empresa Palma Livre foi criada por um negro que é o Elias. [...] A gente não teve até hoje um programa direcionado a isso, o que tem é um respeito muito grande e se trata dessa questão com muita naturalidade. Mas não temos assim um exemplo concreto e um programa direcionado. Talvez falte isso né? Um programa direcionado para a questão de raça. [...]

**IDELFO** – “Valorização da diversidade”.

**JOAQUIM** – Isso sim. Nós tivemos um programa que foi muito forte em 2014, que depois a gente não conseguiu continuar por falta de financiamento, que era “Os Diferentes”. Os diferentes era um projeto que era exatamente isso, era um fórum que você tinha homossexuais, brancos, pretos, mulheres, deficientes físicos. O nome era os diferentes por isso; a gente pegava de tudo que era de diferença no bairro e se fazia reuniões periódicas e terminou criando uma cultura de respeito muito forte essa diversidade. Esse respeito pelos contrários, tem na nossa equipe ex-funcionários temos LGBTs, negros, de todos os tipos. Eu acho que essa diversidade, isso é importante, isso é uma coisa que a gente trabalhou, talvez não tanto quanto precisasse, mas tivemos um programa durante dois anos específico pra isso, pra se criar essa cultura de respeito as diferenças né? [...] E um banco comunitário ele não se sustenta se ele não for assim. Por que as pessoas nos respeitam? Eu sempre pergunto isso. Hoje nós temos um cartão, hoje é digital o nosso cartãozinho lá, e a pessoa, o comerciante bota ali R\$ 1mil R\$ 10 mil, vende 20 mil, 50 mil, 100 mil pra aquele cartão, acreditando que aquilo ali é sério, que aquilo ali vale, baseado em que? Porque nós não temos uma fortuna, nós não temos dinheiro, todo mundo sabe que a gente economicamente é pobre, é baseado em que? Na confiança, e essa confiança vem do respeito que a gente conseguiu adquirir ao longo dos anos. Essa credibilidade, esse respeito, e você numa periferia como nós estamos, tomada por todo tipo de violência, de droga, de tráfico, de tudo. Essa visão ampla de diversidade, que faz com que você seja respeitado, por todo mundo, não é? Por todo mundo, inclusive estou falando aqui do mundo do crime e tudo mais.

**IDELFO** – Meio Ambiente.

**JOAQUIM** – Meio Ambiente é uma questão que se eu fosse hoje dizer assim, um desejo, uma coisa, o Banco Palmas tem 21 anos, é, um projeto que você se desafiaria a fazer? É a questão

ambiental, [...] O Banco Palmas em si, enquanto banco, eu acho que ele deve em seu currículo um projeto ambiental, eu acho que ele participa muito ativamente de lutas ambientais no bairro através do comitê do bairro, através das associações, ele ajuda a criar cooperativas, mas a gente deve um projeto ambiental mais consolidado, [...] Esse é um desafio que a pandemia atrasou um pouco, mas nós vamos produzir energia, a gente está decidido a produzir energias limpas, eólica, energia de vento, solar, nós estamos brigando com a Cagece, que vai fazer agora o esgoto do Palmeiras, para que tenha pelo menos um quarteirão de sistema de esgoto alternativo. [...] Então a questão ambiental pra nós é um desafio, a gente não tem um projeto consistente ambiental e nós estamos decididos a fazer isso, eu acho que mesmo com a pandemia, 2021 termina pelo menos com energia solar, a gente quer fazer um quarteirão inteiro de energia solar, a gente está trabalhando muito também a questão da água. A Cagece além de cobrar caro, desrespeita o morador, corta quando ela quer, faz um monopólio, aliás o governo quer privatizar agora a água e a gente quer privatizar comunitariamente, a gente está criando uma cooperativa de águas e energias e vai organizar o bairro na questão da energia solar, que é mais fácil para o Banco e também uma alternativa ao sistema de água, um poço profundo e tal, tem uma equipe do Banco estudando isso, discutindo com os técnicos, a gente quer criar um grande piloto este ano para depois *startar*.

**IDELFO** – “Questões trabalhistas e direitos dos trabalhadores”?

**JOAQUIM** - Sempre, quando a gente começou lá em 1998, a gente não tinha um centavo, a gente acha que os trabalhadores têm que ter os seus direitos, principalmente os pobres. Os pobres não tem o que dar, o voluntariado exige que você tenha as suas necessidades satisfeitas e a sobra de tempo você dar no voluntariado. Se você precisa trabalhar o dia inteiro pra comer, você não tem que dar de graça, então hoje, ao longo dos anos a gente foi conseguindo melhorar economicamente e hoje todos os nossos trabalhadores sem exceção, todos são CLT, todos são sindicalizados, [...] Ele precisa ter previdência, ele precisa se cuidar, precisa ter seus direitos garantidos.

**IDELFO** – “Formação cidadã ou profissional” dos clientes e funcionários do Banco Palmas.

**JOAQUIM** – A gente tem um curso aqui chamado “Consultores Comunitários”, esse foi um curso que começou lá pra trás, era um curso mais pros agentes de crédito, que foi evoluindo, hoje é um curso de 300 horas aulas, faz parte do nosso regimento interno. Pra você trabalhar no

Banco Palmas, você tem que passar por esse curso, ele vai lhe ensinar a técnica, o que é o banco, como ele funciona, mas vai lhe ensinar o espírito da coisa, a ética do banco, o que é o banco comunitário, de onde nós viemos, pra onde nós estamos indo, o que nós queremos da humanidade, qual é a nossa missão, qual é a nossa visão. Então a pessoa tem que fazer esse treinamento para poder ser contratado pelo banco, então a nossa equipe interna, além do treinamento técnico, de como operar o crédito, de como fazer análise, de como operar o aplicativo, eles tem um treinamento inicial, de 300 horas, sobre essa ética que move o banco.

**IDELFO** – E para os clientes também?

**JOAQUIM** – Para os clientes nós temos cursos online, os cursos presenciais quando a gente consegue sim, cursos do Sebrae, a própria UFC fez cursos, mas ultimamente, a gente tem se dedicado muitos aos cursos online, por conta da pandemia e tudo mais. A gente tem uma parceria com a “Aliança Empreendedora”, que é uma ONG nacional que trabalha muito forte a formação, então todo mundo que é cliente do Palmas, ele tem de graça, digamos assim, se ele quiser, já a possibilidade de três cursos online: sobre “Educação Financeira”, sobre “Empreendedorismo” [Trecho inaudível] e se ele quiser “Como ele pode registrar o seu negócio”.

**IDELFO** – Joaquim, em relação ao tratamento dos governos federais, o banco Palmas começou com Fernando Henrique do PSDB?

**JOAQUIM** – É 1998, PSDB, Fernando Henrique e fomos muito bem tratados, quem pegou o Banco Palmas e botou no mundo assim, teve o lado da economia solidária, que foi o pessoal da economia solidária. Mas pra todo mundo mais empresarial, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso com a “Comunidade Solidária”, aquele programa do Fernando Henrique Cardoso, então eu viajava muito a convite da Comunidade Solidária, porque eles primavam muito por essa história do desenvolvimento local, os “Fóruns Delis”, de plano de desenvolvimento local integrado. [...] E depois isso vai pro Lula e concretamente assim é o Paul Singer em 2005 [com] a SENAES à época - a Secretaria Nacional de Economia Solidária, é quem digamos assim, pegou o Banco Palmas e disse assim: eu quero isso agora em todo o Brasil, e ele pagava o Banco Palmas, através de termos de cooperação, pra criar esses bancos. Hoje somos 118 no Brasil, e quem digamos assim, botou dinheiro para que esses bancos

pudessem surgir em outros locais foi a partir de 2005, com a SENAES e com o professor Paul Singer.

**IDELFO** – Isso no Governo Lula né?

**JOAQUIM** – Isso no Governo Lula, 2005, vai até a saída da Dilma, [...] A SENAES era dentro do Ministério do Trabalho e criou um programa de fomento as finanças solidárias, então eles tinham um dinheiro quase que anual, a cada 2 anos eles lançavam editais, e as pessoas concorriam a esses editais, os bancos comunitários, cooperativas de crédito, fundos solidários, para fomentar isso no Brasil. Então assim de 2005 até 2013, é a última vez que teve esses editais; isso foi muito forte, então teve recursos pra multiplicar essas experiências de bancos comunitários, não só de bancos, as cooperativas de crédito, os fundos solidários e tal, depois que a Dilma saiu, aí acabaram com a SENAES e junto com a SENAES foi todos os programas de finanças solidárias, de economia solidária, isso na visão de governo federal.

**IDELFO** – Isso já começou a acabar no Temer?

**JOAQUIM** – Acabou no Temer, a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi extinta já no Temer [em 2018] e depois que entrou Bolsonaro acabou de vez. No tempo, ficou muito reduzido, era um departamento, virou um núcleo, e chegou Bolsonaro e já acabou de vez, mas na verdade depois quando a Dilma saiu, já não teve mais recursos, já não teve mais nada enfim. [...]

**IDELFO** – Joaquim, vamos passar para uma parte interessante agora também, o Banco Palmas é muito elogiado, mas com esses trabalhos vem também algumas críticas também ...

**JOAQUIM** – Graças a Deus, né? [Risos]

**IDELFO** – Aí eu anotei algumas, pra você comentar um pouco, o que você acha? Por exemplo, tem um autor [que fala]: “A economia solidária no melhor dos casos realiza uma crítica romântica ao sistema capitalista e não contribui para o processo de transformação social” [A referência é Wellen (2012)]

**JOAQUIM** – Eu tenho o entendimento de capitalismo diferente, quer dizer, pra mim o que estabelece o capitalismo é a rigor, se você quiser simplificar, é a mais valia, é o lucro, é o patrão - empregado, é a exploração do trabalho humano. Então você dizer que o Banco Palmas, como exemplo de economia solidária, é um banco nos moldes do capitalismo, primeira coisa você tem que ver quem é o patrão, quem é que fica com a riqueza produzida pelos trabalhadores. [...]. Mas vai lá, a presidente do Banco é uma funcionária CLT, ela não é patroa, ela é empregada, o banco não tem dono, eu não tenho apropriação de riqueza, ela é uma ONG, uma organização da sociedade civil. Então, toda riqueza do Banco, através de taxas, juros, empréstimos, que são bem mais baratos que o mercado, mas existem, eles são devolvidos para a população. Então, se não tem a mais-valia, se não tem a apropriação da riqueza do trabalhador, se não se estabelece a relação patrão x empregado, você não tem como qualificar isso de capitalismo, [...] tem uma visão da própria economia solidária talvez, muitos de nós, uma visão de que tudo que diz respeito ao mercado, ao dinheiro, a riqueza, ao lucro é ruim, quer dizer, eu me lembro quando a gente fez uma parceria, quando a gente lançou o cartão de crédito digital, aí o pessoal, aí o pessoal disseram pronto, é o fim do mundo, se entregaram ao capital, a tecnologia ela está de que lado, a tecnologia é capitalista ou comunista? Cartão de crédito é capitalista ou [comunista]? Isso não existe, é uma bobagem, as pessoas são pobres. As pessoas precisam viver e viver bem. A pessoa uma vez me perguntou assim: mas você queria ficar milionário, ora se não, se um banco pobre desse ficar um banco bilionário, excelente! Porque o problema não é se você é pequeno ou grande, pode ter uma fábrica da economia solidária gigante? Pode. O que define se é capitalismo ou economia solidária na sua essência é se a riqueza é distribuída entre quem produz ou não. Então, eu quero ter uma ótima tecnologia, eu quero ter um ótimo cartão, tudo que os bancos têm, desde que eu possa distribuir né?

**IDELFO** – Outra questão, esta mais específica pro Banco Palmas, ele diz assim, “antes do Banco Palmas existia luta política no Banco Palmeiras e depois se deu um processo de acomodação dessas lutas, um processo de neutralização e acomodação política das organizações sociais”.

**JOAQUIM** – Aí a gente precisa pra essa resposta fazer uma linha do tempo. [...] Na década de 70, 80, foi a luta por água encanada, o povo não tinha água pra beber, não tinha luz, não tinha nada, então ali tinha uma convulsão social gigante, no final desse processo de urbanização do bairro foi criado o Banco Palmas, então o Banco Palmas já se cria num momento em que essas grandes lutas sociais elas foram conquistadas. Você luta, luta, luta, conquista e vai pra casa, é



normal, a gente não luta porque quer, [...] não, isso a gente faz porque é o jeito, eu queria estar em casa, assistindo uma televisão, um filme, eu queria viver...

**IDELFO** – Mas você está sufocado e tem que gritar, né?

**JOAQUIM** – Tem que gritar, então assim, houve realmente quando o Banco Palmas surge em 1998, até eu diria em 2013, que também acompanha um pouco a crise que o Brasil melhora, vem o Governo Lula, tem mais emprego, tem mais renda, a fome desaparece. Então houve realmente aí, digamos assim, um desaquecimento daquelas grandes lutas populares das décadas de 70 e [80] quando o Brasil não tinha nada, então arrefeceu, agora de um tempo pra cá [Trecho inaudível] quem é o bairro de Fortaleza que está fazendo plenária popular? Qual é o bairro que está combatendo a fome? Qual é o bairro que tem as grandes bandeiras de luta? É o Palmeiras, porque essa semente está plantada aqui, as organizações sociais estão [Trecho inaudível]. É claro, isso é normal na história da humanidade, em alguns momentos que essa luta vai, você tem algumas conquistas, voltam, você vai e volta. Imputar ao fato de ter um banco comunitário, eu não sei onde é que entra o lé com o cré, o que é que o Banco pode arrefecer as lutas da comunidade, houve arrefecimento? Houve, coincidiu que nesse período, ser um período menos intenso do que naquela época, tanto é que agora o Banco Palmas está existindo e voltou [se referindo a volta da fome no Brasil], eu acho que o Palmeiras e aqui talvez seja narcisismo, corporativismo, é claro que eu sou daqui, mas eu acho que é um dos bairros que tem mais capacidade de luta, que é mais organizado, que é mais empreendedor, que dá mais respostas autônomas e independentes, [...] porque não é só o Palmeiras Porque se você pegar o começo da década de 2000 até 2015, quando tem o Governo Lula há um arrefecimento, desse movimento de base de rua e tudo mais. No Conjunto Palmeiras porque a urbanização chegou. O que caracterizou a urbanização do Palmeiras, final da década de 90, tinha drenagem, água, energia e aí o Banco Palmas chegou pra pegar a questão de renda. Então há uma coincidência, eu não gosto muito de me defender, eu aceito essas coisas com muita tranquilidade e tal, mas eu acho que muitas vezes você precisa mergulhar no estudo, mergulhar na história, e fazer um levantamento histórico pra você entender o contexto local, você não pode dissociar uma coisa da outra, senão você tem uma avaliação muito superficial, sabe? Então assim, eu acho que pode ser verdade isso, que o Banco tenha levado a acomodação, pode ser, eu só não vejo relação de uma coisa com a outra. Por que o sujeito deixou de brigar por água? Porque agora ele tem água, por que ele deixou de lutar por energia? Porque chegou a energia, chegou o esgoto, chegou a drenagem, Ele não deixou de lutar porque tem um banco.

**IDELFO** – Mas, por exemplo, tem outras questões hoje: a questão da violência, a questão da droga, que poderiam ensejar outros tipos de lutas, [não é]?

**JOAQUIM** – Com certeza absoluta, e sempre teve muitos problemas, nunca deixou de ter, sempre teve, eu acho que dentro da medida do possível a gente tem feito esse enfrentamento, talvez pouco, talvez malfeito. A relação que eu não consigo fazer é em que o Banco Palmas que é uma instituição, [Trecho inaudível]. O Banco Palmas é um banco, o Banco Palmas é um braço econômico, digamos assim, o papel do banco é gerar trabalho, é gerar renda, ele é um banco, ele tem fundo de crédito, ele tem seguro de vida, ele tem cartão de crédito, ele recebe boleto, ele recebe conta. [...] Então a rigor eu diria, porque a Associação de Moradores não é responsável? A Associação de Mulheres não é responsável? A Igreja Católica não é responsável? A Companhia Bate-Palmas não é responsável? Enfim, os 18 grupos comunitários não seriam responsáveis e o Banco seria o responsável por o arrefecimento da luta, está entendendo? Eu acho que são dois debates: um é saber se teve menos luta ou mais e quais foram os motivos e o segundo é porque um banco que é um banco que tem uma função econômica, a gente não disse que ia fazer outra coisa [risos], a gente vai [culpar] o braço econômico? Ele que é o responsável? E a ação de moradores não é o responsável, né? Mas eu acho sabe que é muito assim, que é muito acima da liderança, eu acho que algumas lideranças estratégicas, e aí eu me considero no meio delas, se voltaram mais para o lado econômico da coisa, quer dizer, os últimos 10 ou 15 anos de minha vida, eu tenho focado minha ação muito no Banco, realmente, até porque o Banco é nacional, agora é uma rede e tal, então de certa forma, eu me desloquei dessa militância mais social do ponto de vista das lutas pelas conquistas urbanas: água, luz, saneamento, violência, e me foquei mais na questão econômica, por opção de vida até, e talvez isso o pessoal sente muito, e eu até entendo essa coisa. Agora o que eu acho que não é correto do ponto de vista da própria sociologia da coisa, é dizer que um banco é responsável por isso. A gente pode pelo menos compartilhar essa responsabilidade, mas enfim é essas coisa aí.

**IDELFO** – Você poderia falar um pouquinho sobre o Instituto Palmas, como é que nasceu? O propósito? Como é que está hoje?

**JOAQUIM** – O Banco Palmas foi um projeto da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, e como tal ele nasceu para o Conjunto Palmeiras, a partir de 2003. Quando começou o Banco a fazer sucesso, e outros municípios começaram a chamar mais o Banco, mais a frente

o próprio Paul Singer, então o Banco Palmas disse assim: olha, a gente não tem mais como ficar no Palmeiras, a gente tem que ir pro Brasil inteiro, a metodologia está sendo multiplicada, e foi criado o Instituto do Banco Palmas. Então o Banco Palmas deixa de ser um projeto da Associação, ele se transforma no Instituto e começa a se multiplicar por todo Brasil. Esse chamado Instituto Banco Palmas, ele se nacionalizou, ele teve uma atuação nacional, ele foi o grande responsável por criar esses bancos todos no Brasil, e em 2014, [...] cumpriu esse papel nacional gigante de levar a metodologia pra outros cantos e agora ele cedeu lugar para o instituto Brasil [de Economia Solidária]. Ele voltou para o Instituto Palmas, ele agora é mais focado aqui mesmo no Conjunto Palmeiras, ele é a entidade gestora do Banco Palmas. Tá, tá tocando suas coisas, projetos, enfim... [...]

**IDELFO** – Houve engajamento de lideranças do Banco Palmas em relação a campanhas eleitorais após a criação do Banco Palmas? Como o senhor percebe essa relação? Ela é boa é ruim?

**JOAQUIM** – Olha, eu também acho que a política partidária é fundamental, acho que a gente não pode abrir mão do espaço, que é o espaço da democracia e tal, e também não se esgota em si. Eu acho que o poder popular e a democracia direta, as formas de democracia direta, hoje se faz muito mais política, os partidos estão na situação que estamos vendo, né? Está na lata do lixo. [...], [O Banco Palmas] o que ele faz concretamente do lado econômico, o que ele representa socialmente é muito maior do que se a gente elege um vereador. [...] Há uma politização por parte dos comerciantes, todo ano que tem eleição os comerciantes se juntam e lançam um candidato e de certa forma tem uma relação com a gente porque são os comércios que aceitam o cartão, mas a gente não tem se envolvido muito nesse debate eleitoral, e o banco libera as suas bases. Então aqui em época de eleição tem gente que vota em todo mundo: PSOL, PT, PDT, a gente geralmente libera e não fecha em nenhum partido, porque a gente acha que tem que ser assim diverso, [...] é difícil sabe, hoje nós temos 3.000 clientes, pessoas que tem empréstimo com o Banco, crédito e tal, se eu colocar uma cor, nós somos do PSOL, do PT ou do PDT, isso vai criar uma implicação nos comércios, nos clientes, e tal, enfim, então a gente prefere que o Banco fique neutro, não é neutro na política, a gente sabe pra onde a gente vai, mas a gente não fecha em questão partidária, num partido político, pra poder manter, digamos essa nossa capacidade de diálogo com todas essas forças mais progressistas que tem no bairro, enfim, e por aí vai.

**IDELFO** – Sabemos pela história do Conjunto Palmeiras, que o Palmeiras recebeu uma contribuição importante da Igreja Católica, inclusive você é oriundo desse espaço católico. Como o senhor vê a tomada de espaço na periferia das grandes cidades pelo movimento neopentecostal das igrejas evangélicas, inclusive dentro de movimentos católicos mais conservadores também, não é? Isso afeta de alguma forma a economia solidária ou os movimentos populares comunitários?

**JOAQUIM** – Acho que sim, acho que afeta muito, do ponto de vista que você cria um [Trecho inaudível] [projeto de sociedade] onde coloca o protagonismo nas pessoas [...] e essas igrejas dizem que não, que não precisa você lutar, se organizar, basta você esperar e crer em Deus e Deus vai operar por vocês. Isso é uma desgraça, né? É isso que fez surgir Bolsonaro [Trecho inaudível], você não tem que se engajar, lutar nada, vai aparecer um salvador ou aqui na Terra ou um salvador lá de cima. Nós que viemos das CEBS [Trecho inaudível] pra nós, eu que vim desse movimento de Igreja que diz que Deus na nossa visão religiosa desceu e está no meio dos homens, que é a comunidade organizada que resolve os seus problemas. [Trecho inaudível] [O movimento neopentecostal] destrói todo princípio da crença de que é a luta que muda a vida, que é a organização popular que muda o mundo, esse é um problema. Agora eu acho que boa parte desse problema, aí eu dou um gancho com a tua pergunta lá atrás, que era crítica né? [referindo-se a questão anterior sobre o arrefecimento das lutas sociais] ao próprio banco, quer dizer boa parte disso faz parte de nós, não só nós do Banco Palmas, nós das esquerdas, dos progressistas, dos humanistas, dos ambientalistas, e nós desaprendemos a falar com o povo, simplesmente isso, né, e o governo Lula e o governo Dilma que foi muito bom, mas desaprendeu a falar com o povo por uma crença de que o Governo resolve os problemas, que basta eleger um governo de esquerda que esse governo proverá todos os seus problemas e nós nos afastamos da vida do povo, do dia a dia, e os pentecostais entraram. Eu faço um trabalho pedagógico pra mim próprio, que eu vou pros cultos, pra aprender com eles como é que faz isso, e fico impressionado com a metodologia de celebrar a vida que eles têm, quer dizer, sempre eu gosto de contar a história da mulher que foi lá na frente e disse que o filho dela morava em São Paulo e estava lá com dificuldade e veio pro Conjunto Palmeiras, o cara saiu de São Paulo para o Palmeiras, o grande centro e o Pastor faz daquilo uma coisa maravilhosa: “Aleluia! Glória a Deus!” A irmã veio pra cá, está entre nós, e o cara vai na frente e todo mundo aplaude. O cara pegou uma coisa do nada e faz uma celebração da vida, então esses caras também, em um viés político diferente do nosso, eles dão uma lição tremenda de fazer participação popular comunitária, a gente perdeu o partido, e aí quanto mais partidário pior é para o cidadão, ele tem

o discurso gigante, ele tem uma narrativa política gigante, mas ele não tem mais empatia popular com nada, ele desaprendeu a fazer isso, a festinha do bairro, a celebrar as pequenas coisas, isso que a gente chama que é despolitizado, que é isso, é esse povo aí que era tachado de despolitizado, que era tachado de analfabeto, que não sabia de nada, que só votava na direita, que toma conta do bairro, e agora eles fizeram uma aliança estratégica com o tráfico, aí essa história é longa... aí tem que se fazer toda uma crítica, a uma crítica ao estado também e tal, mas eu acho que as igrejas pentecostais eles conseguiram uma narrativa, um processo de comunicação de empatia com o povo que a gente foi perdendo ao longo do tempo, numa crença falsa e que nós, ao meu ver, continuamos nela de que quem resolve os nossos problemas é um governo forte popular de esquerda, onde não é, quem resolve os nossos problemas é a comunidade organizada, [...]. E as igrejas evangélicas tomaram de conta, se associaram agora ao tráfico e tomaram conta de tudo. [apesar de Joaquim Melo citar duas vezes a associação de igrejas evangélicas nessa resposta, essa questão não foi aprofundada por conta do escopo desta monografia] [...]

**IDELFO** - Você diz que a Economia Solidária teve um processo de institucionalização pelo governo, principalmente depois do governo Lula. Como isso afetou o Banco Palmas?

**JOAQUIM** – Eu acho que isso ajudou o Banco Palmas, aí virou uma política pública tímida, pequena, mas virou uma política pública, tinha um orçamento anual pra isso, tinha um orçamento anual pra você desenvolver bancos comunitários no Brasil. O BNDES abriu uma linha de crédito pra apoiar esses bancos comunitários, pra pegar dinheiro, pra emprestar, tímido ainda, muito tímido, muito pequeno, mas tinha, [...] institucionalizar não significa dizer engessar, criar um marco regulatório pesado, você pode institucionalizar, esse é um debate importante, você pode institucionalizar com as suas características, não é fácil, as vezes você quer institucionalizar e impor a uma espécie de economia solidária o mesmo marco regulatório que você impõe para a economia de mercado, aí eu não vou, porque ela perde as suas características, mas você pode institucionalizar sem engessar, pena que a Lei da Luiza Erundina que estava tramitando no Congresso Nacional, uma lei para criar no Brasil a regra própria dos bancos comunitários. [...], o Governo Lula foi muito tímido, muito tímido, ele deu passos muito pequenos, podia ter avançados muito mais, criamos uma política pública muito tímida, não criamos a Lei de bancos comunitários como fez o Hugo Chaves na Venezuela. Então a gente teve uma parceria com Hugo Chaves muito grande, ele criou a lei, hoje na Venezuela banco comunitário é uma lei, a *ley de los bancos comunales*, [Trecho inaudível] jogou uma grana boa

e não engessou, pelo contrário, proporcionou que criasse muitos bancos [Trecho inaudível]. Institucionalizar é bom, mas tem que fazer bem feito para não engessar.

**IDELFO** – A economia solidária necessita de subsídios do governo? Isso é importante?

**JOAQUIM** - Isso é importante, porque o governo subsidia a economia capitalista ou não? Os maiores empréstimos do BNDES são para os maiores grupos empresariais, a juros muito mais baratos do que a gente pega. Até 2014 tivemos empréstimo no BNDES a juros de 1%, a JBS e o Eike Batista tinha 0,025%, então quem subsidia a economia capitalista é o Governo. [...] O que a gente defende é que o Governo pelo menos consuma da economia solidária o tanto quanto ele consome da economia capitalista. E aqui eu aproveito para dar um exemplo concreto do que eu estou querendo falar [Trecho inaudível]. Hoje o Banco Palmas lá no Rio de Janeiro em Maricá, a gente opera todos os programas sociais da prefeitura. São R\$ 300 milhões por mês, e compra em moeda social e a economia gira, tem vários estudos sobre isso. Aí você vem no Ceará, você tem o Programa Social com as crianças: o “Criança Feliz”, não sei se o nome é esse, pode ser que eu esteja enganado, é do governo do estado, que é um programa fantástico. Eram 70 mil pessoas muito pobres e foi agora para 150 mil pessoas muito pobres, importantíssimo, ele faz pela VISA, você pega o cartãozinho, está lá o governador morto de alegre anunciando o programa e do lado do Estado, a [empresa] VISA, por que ele não faz com o banco comunitário? [...] então o que o governo está fazendo subsidiando a VISA, quando ele pega o seu dinheiro e paga e usa a VISA ou Bradesco, ele está botando dinheiro lá dentro, então, o que a economia solidária hoje, e aí eu falo muito pelo Banco Palmas reivindica é que esse consumo do poder público seja pelo menos, parte desse consumo, que ele despeja na economia capitalista, ele despeje naqueles produtos que a gente pode ofertar. Eu, por exemplo, aqui tenho cooperativa, a Palma Coop: são 50 homens da comunidade, fizemos a cooperativa, registramos a cooperativa, faz capinação, faz esse trabalho de manutenção, porque vem uma empresa de fora do meu bairro, limpar uma praça, capinar uma rua, [Trecho inaudível] e a cooperativa aqui do bairro não é contratada, o que o governo está fazendo, subsidiando essas grandes [empresas] [Trecho inaudível]. Hoje é o consumo do poder público, que ele também possa consumir das empresas de economia solidária, aí já estaria de bom tamanho, não precisa ele dar dinheiro, basta ele consumir de nossas empresas como ele consome dos grandes capitalistas.

**IDELFO** – Basta ser democrático economicamente, distribuir de forma mais democrática os recursos, o que o professor Ladislau Dowbor fala, não é? [referência: Dowbor, 2017 – título: A era do capital improdutivo]

**JOAQUIM** – Exato. Exatamente isso. [...]

**IDELFO** – O senhor considera que o Banco Palmas, conseguiu manter-se fiel aos princípios e valores da economia solidária, durante a sua trajetória até hoje?

**JOAQUIM** – Sim. Os princípios da economia solidária sim. Talvez ele tenha errado em alguns projetos, em alguns produtos que não foram bem e tal, mas os princípios da autogestão, da cooperação, da colaboração, da distribuição da riqueza, eu acho que sim. Eu acho que se não fosse isso, a gente não estaria vivo, a gente já teria morrido há muito tempo. Então o fato de a gente está vivo hoje, a nossa própria existência [Trecho inaudível], é por causa desses princípios. A gente não tem capital, a gente não tem dinheiro, entendeu? A gente só tem a nossa história, a nossa memória e essa prática que é amparada numa base comunitária né? [...]

**IDELFO** – Você já começou a falar sobre a pandemia, como isso afetou o Banco Palmas e como foi essa estratégia? Se você pudesse falar um pouquinho mais o que vocês fizeram nesse ano de pandemia...

**JOAQUIM** – Eu acho que o Banco Palmas se agigantou na pandemia, por dois motivos: primeiro ele já tinha uma prática muito grande de trabalhar nas comunidades com os pobres e segundo ele tinha uma ferramenta tecnológica que era o ‘e-dinheiro-brasil’ pra plataforma digital. Então na pandemia, vários empresários no Ceará fizeram doações em dinheiro, Foram arrecadados mais de R\$ 5 milhões e as pessoas tinham uma grande dificuldade: como é que esse dinheiro chegava nas pessoas? Então, o Banco Palmas, através de uma parceria enorme com dezenas de lideranças comunitárias e várias periferias do Brasil, do Brasil também, mas falando aqui de Fortaleza, a gente distribuiu para mais de 13 mil pessoas, 13.600 pessoas, e nas suas comunidades recebiam doações pelo celular, baixavam o aplicativo e-dinheiro e recebiam doações e compravam no comércio de seus bairros, as próprias lideranças cadastravam ali os comércios e através dos aplicativos as pessoas compravam. Aliás a gente até melhorou o aplicativo para as pessoas que não tinham celular, bastava digitar o CPF no aplicativo do comerciante que já comprava. Então eu acho que o Banco se agigantou na periferia nesse

momento que você percebe quanto é importante você ter a ferramenta, você ter a tecnologia, você estar com seu compromisso social ali na periferia, fazendo as suas coisas. Mas você ir evoluindo aos poucos, o fato de a gente ter uma plataforma digital ajudou muito e distribuiu R\$ 3 milhões e pouco de reais a 13 mil pessoas, em dinheiro, salvando a economia e salvando a vida das pessoas e os pequenos comércios locais. A gente se agigantou muito na pandemia, eu acho que a gente continua a se agigantar atualmente, eu sei que a prefeitura e o governo do estado estão criando programas de crédito e eles não sabem como fazer, que os bancos não querem. Você acha que se chegar para o Santander, para o Bradesco, ou para o Banco do Nordeste e chegar lá e dizer assim, nós temos aí 50, 60 mil pessoas de baixa renda, muito pobres que não tem CPF, que está com o nome no SPC e no Serasa, você quer que essa clientela entre aí no seu banco? Eles não tem interesse nisso, as vezes o estado quer fazer juro zero, então o que nós estamos discutindo, quem vai ser? Vai ser o Banco Palmas, porque ele que tem essa característica de trabalhar nas comunidades, ele que tem a plataforma digital, ele que tem as ferramentas tecnológicas [Trecho inaudível] para essa população que não tem quase nada. Então, assim, nós ganhamos dois prêmios na pandemia, o empreendedor social do ano da Folha de São Paulo e Sereia [...] são importantes de reconhecimento, tem a experiência da favela, da periferia e tal e nordestino, porque a gente tem que se orgulhar muito, a gente tem que se orgulhar que o banco Palmas é um banco de Fortaleza, do Ceará, da periferia de Fortaleza. O Brasil tem uma desigualdade regional tremenda, eu sei porque eu ando muito no sul do país, eu sei o preconceito que esse povo tem com a gente. [...] A gente fez um trabalho no Brasil inteiro, foram 350 milhões distribuídos em todo o Brasil pelos bancos comunitários com a plataforma e-dinheiro, então assim, por isso que a gente ganhou o prêmio, a gente tem que se orgulhar de tudo isso, eu tenho muita consciência disso, quem nós somos, de onde nós viemos, nós viemos de uma favela bruta, nós somos todos da periferia, nós somos do bairro mais pobre de Fortaleza, nós estamos no Ceará, e estamos mostrando para o Brasil essa possibilidade de ser diferente e tranquilo felizes e ser felizes de estar aqui.

**IDELFO** – Joaquim, você poderia só repetir os nomes dos prêmios? Você repetiu várias vezes, mas eu não consegui pegar porque cortou, só o nome dos títulos dos prêmios.

**JOAQUIM** – Em 2020 nós ganhamos 2 grandes prêmios: aqui no Ceará o Sereia de Ouro, aquele prêmio que a Verdes Mares dá um prêmio anual aqui do Ceará, o Sereia de Ouro. E ganhamos o prêmio top 30, que foi o prêmio da Folha de São Paulo com a UOL, mais a Fundação de Suape. Os top 30 é o empreendedor social do ano, as 30 maiores experiências de



combate a pandemia do Brasil. E eram 3 categorias, nós ficamos na categoria “legado pós pandemia”, que era uma categoria quem ganhou Banco Itaú, que doaram bilhões e não sei o que e nós ganhamos porque nós conseguimos distribuir dinheiro na periferia na metodologia dos bancos comunitários e o legado era isso mostrar como essas práticas de banco social pode ser uma solução para a saída da economia no pós pandemia, porque ela distribui renda na ponta e ganhou por conta dessa história, porque as pessoas recebiam as doações e compravam nos seus bairros, salvando os pequenos negócios.

**IDELFO** – Você disse que está indo muito para o Sul, tem alguma expansão do Banco Palmas pro Sul, são outros projetos? O que é?

**JOAQUIM** – Eu estou indo muito para o Rio de Janeiro, porque no Rio de Janeiro tem uma experiência muito forte de Maricá, uma cidade lá no Rio de Janeiro e tem um banco comunitário que a gente montou lá que é banco Mombuca. Esse é o cartãozinho deles lá e qual é a diferença de Maricá? É porque a prefeitura, simplesmente essa, a prefeitura paga as suas contas por dentro do Banco Comunitário, benefício social, aluguel social, paga auxílio universidade, vale transporte, todas essas coisas. É aquilo que eu falei da Visa aqui, em vez de pagar para essas operadoras, eles pagam para o Banco Comunitário, se ele paga pelo Banco Comunitário, as pessoas recebem e são obrigadas a comprar no local, essa é a nossa tecnologia, cada qual compra no seu bairro, no seu município e Maricá, durante a pandemia, foi o único município do Rio de Janeiro e o único do Brasil que na pandemia de março a dezembro ele teve aumento de ISS, aumento de ICMS e Cagede positivo, [...] Todo mundo que recebia dinheiro em Maricá, comprava lá, não saia pra Niterói, Rio de Janeiro. Simples assim, o prefeito não gastou um centavo a mais. É isso que eu não consigo convencer aqui em Fortaleza, [...] talvez eu não tenha sido inteligente o suficiente pra dizer, não quero que você, agora o governador lançou o “Bolsa Catador”, maravilhoso, mas porque paga essa bolsa por dentro do Bradesco e da VISA, porque não paga por dentro dos bancos comunitários? [...]

**IDELFO** – Pronto, estamos caminhando para o final agora, são duas perguntas, mais sobre o futuro, como o senhor enxerga o futuro do Banco Palmas e da Economia Solidária? E como o senhor enxerga o futuro do Bairro Palmeiras?

**JOAQUIM** – Eu acho que o bairro Palmeiras a gente vai avançar e esse é meu foco, num grande projeto ambiental. Acho que o Palmeiras que foi exemplo pro mundo de como fazer

banco e moeda, tem que ser exemplo pro mundo pra um projeto ambiental. A gente está se focando em produzir energia eólica, solar e também de uma solução pros ciclos das águas, acho que a gente deve isso para a humanidade, a gente deve avanços para um projeto ambiental consistente, esse é o nosso foco nos próximos 10 anos. Eu acho que o Banco Palmas ele tem um grande desafio que é a tecnologia, a gente já é um banco digital, mas nós estamos ainda dependendo da tecnologia de empresas, a gente terceiriza a parte tecnológica, estamos montando, já começamos, um departamento nosso de software e desenvolvimento de aplicações, porque a gente acha que a tecnologia tem que estar a serviço dos pobres e precisa desenvolver produtos tecnológicos cada vez mais acessíveis à população. Eu acho que o desafio do banco vai ser isso, ser um grande banco tecnológico digital e popular, quando eu digo tecnológico não dispensa a presença humana não, mas a gente vai se digitalizar e criar soluções tecnológicas pra baixa renda cada vez maior. E eu acho que a economia solidária no Brasil, ela, não sei se vai ter política pública, não sei se depende do governo, quem vai vir, se vai ser um novo governo, esse daí não quer saber disso, não é? O outro que vai ser, eu não sei, mas eu acho que ela precisaria talvez o nome profissionalizar seja um nome feio, mas eu diria que ela precisa se profissionalizar, ela precisa ganhar qualidade, ela precisa ganhar estética, eu acho que a economia solidária no Brasil tem um problema grande que é o receio de falar em dinheiro, de falar em escala, de falar em qualidade, a gente tem muito medo de ser confundido, de ser taxado de capitalista, de ser taxado de mercado. Olha a gente tem que ousar, ser maior, ela tem que ter qualidade, tem que ter preço, tem que melhorar muito, tem que avançar em tecnologia, a economia solidária é basicamente artesanal, então ela tem que dar uma grande virada, eu acho que tem uma sensibilidade do mundo todo para essas práticas de comércio justo, de comércio sustentável, da economia circular, da economia verde, eu acho que a pandemia ela, espero que nada volte ao normal como era antes, ela volte ao novo modelo de economia, então acho que ela teve a oportunidade gigante de mostrar pra humanidade que ela é uma possibilidade dessa nova humanidade que a gente quer, se a gente escapar desse vírus, tem isso também, se a gente escapar, pode ser uma oportunidade. A gente precisa dar uma guinada, quando eu digo assim que o Banco Palmas, enquanto Banco, ele tem cada vez mais de criar seu parque tecnológico, se industrializar, porque esse mundo é digital, o mundo é tecnológico e a gente não pode ficar pra trás na tecnologia, assim é a economia solidária, eu acho que ela precisa dar uma guinada, entender que ela é a grande alternativa, mas que ela tem que pensar grande do jeito que é o seu propósito, eu acho que essa..., política pública sempre, a gente tem que convencer os governantes que não dá pra insistir nesse modelo que nós temos, experiências como essas que eu falei das cooperativas de bairro devem surgir aos milhares, vai que ter campanha da cidade

cooperativa, cada bairro ter sua cooperativa, enfim, eu acho que tem uma oportunidade gigante, cara, pela frente, pra economia solidária quanto saída nós vamos ter que ter habilidade e competência e saber fazer isso. Eu acho que é o dever de casa que nós vamos tentar, e daqui há um ano se você vier aqui não vai ter mais ninguém ligado nem a Enel, nem a Cagece. Toda água, saneamento, esgoto e energia vai ser tudo nosso né?

**IDELFO** – Maravilha! Que maravilha! Joaquim, muitíssimo obrigado mais uma vez.

**ANEXO**

ANEXO A - BANCO PALMAS 20 ANOS CONECTADO



20 anos  
Banco  
Palmas  
conectado



Neste 20 de Janeiro de 2018, comemoramos 20 anos de Banco Palmas. O primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) do Brasil, portanto, festeja-se, também, 20 anos de Bancos Comunitários em nosso país. Hoje somos 113, distribuídos por todas as regiões em 20 estados e 90 municípios. Nenhum arranjo financeiro no Brasil está tão conectado com os pobres quando os BCDs. Presentes estamos das ilhas ribeirinhas na Amazônia às periferias do Rio Grande do Sul, passando por comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos, vilas de pescadores, territórios rurais e urbanos. Por isso o tema destes 20 anos é "conectados".

Por que somos pobres? Foi a pergunta que fizemos em 1997 que nos inspirou para criação do Banco Palmas. Uma das perguntas mais desafiadoras na história da humanidade, diante da qual muitos doutores em economia tremariam para responder de forma honesta.

Para compreender a história do Banco Palmas é preciso resgatar o contexto dessa pergunta.

Por isso, não podemos comemorar esses 20 anos, sem contar com os 45 anos de história do Conjunto Palmeira, a comunidade construída em regime de mutirão depois de ser expulsa da Beira Mar de Fortaleza-CE em 1973. O



Conjunto Palmeiras desenvolveu um fortíssimo movimento social de resistência e luta por direitos em uma região historicamente abandonada pelo estado.

Depois de décadas de desenvolvimento local no Conjunto Palmeira, se deu um novo processo de expulsão, dessa vez pelas forças do mercado (gentrificação). Como acontece em muitas favelas que se urbanizam, a vida se encarece e a economia local não acompanha, levando a população a vender suas casas e habitar em favelas mais distantes.

A diferença para outros bairros gentrificados no mundo, foi o nosso poder de mobilização e organização da comunidade. A nossa Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP), junto a outras organizações locais, foi atrás de entender as causas econômicas da pobreza local. Discussões, debates, assembleias, grupos focais e conversas entre os moradores produziram informações preciosas sobre a economia do nosso bairro, tínhamos realizado o primeiro Mapa do Consumo sobre o Conjunto Palmeiras. Duas informações poderosas surgiram. A primeira: mais de 1 milhão de reais por mês é consumido pelos moradores da comunidade, mesmo sendo pouco se distribuído entre os mais de 20.000 moradores na época, criamos o sentimento de poder econômico coletivo local. A segunda: apenas 20% circulava dentro da comunidade e 80% era gasto em compras realizadas fora da comunidade. Descobrimos um dos principais fatores do empobrecimento do território, a falta de consumo local provocava a perda das nossas poupanças e consequentemente, de nossa capacidade para gerar renda e trabalho. Sem essa poupança se torna impossível criar um mercado forte sob o controle da comunidade e nos torna dependente de um sistema que nos vê apenas como uma fonte barata de mão de obra.

Informação empodera, e o mapa de consumo fez com que pudéssemos traduzir informação em conhecimento. Agora tínhamos uma visão mais clara do nosso principal desafio econômico, se tratava apenas de focar os esforços da

comunidade na geração de renda e emprego, numa lógica de Economia Solidária. E foi isso o Conjunto Palmeiras fez.

Com a criação do Banco Palmas, se colocou em marcha no Conjunto Palmeira um modelo de desenvolvimento do território via produção e consumo local. O Banco Comunitário desenvolveu diferentes serviços financeiros solidários para estimular uma Rede de produtores e consumidores no bairro, através da qual se promove uma cidadania econômica onde o potencial de gerar riqueza a nível local é decidido pelos moradores da comunidade.

O Banco Palmas nasce com apenas R\$ 2.000,00 (dois mil) de capital, e um dos seus primeiros produtos foi o PalmaCard. Um cartão de crédito local, para facilitar o acesso ao crédito e o consumo no bairro. Para aqueles que acompanham as revoluções das moedas digitais, seria uma espécie de Blockchain de papel. Por conta do sucesso da ferramenta e do seu impacto, começou a diversificar seus serviços oferecendo crédito para os produtores (empreendimentos) em reais, e crédito para os consumidores em moeda social palmas, sem juros. Isso consistiu em um modelo de resistência e de luta contra o sistema financeiro. Não por acaso o Banco Central tentou, pela via jurídica, acabar logo cedo com essa iniciativa surgida nos grotões do Nordeste, região sempre ignorada pelos poderes econômicos de um país onde quase a metade dos brasileiros não tem acesso a conta bancária. Em 2003 o Banco Palmas ganha na justiça o direito de continuar sua jornada.

Passada essa época de criminalização do Banco Comunitário, começamos a ganhar apoios fora da nossa comunidade. Em 2005, iniciamos uma parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego- SENAES/TEM, o que possibilitou a criação de Bancos Comunitários pelo Brasil, impactando em mais de 1 milhão de brasileiros que pela primeira vez tiveram acesso a conta, a crédito produtivo e de consumo, a ter uma moeda local própria, a educação financeira, feiras, comércio local, e



20 Anos  
Banco  
Palmas





uma cidadania econômica ativa onde a comunidade se organiza para definir seu futuro.

No Conjunto Palmeiras, já investimos milhões de reais para ações produtivas. Só nos últimos 7 anos, 14 milhões de reais, para 5.600 empreendimentos, 84% mulheres. Centenas de milhares de palmas emprestados para apoiar o consumo local, sem juros. Milhares de pessoas abriram sua primeira conta, acessaram seu primeiro seguro de vida e receberam formação em educação financeira.

Todo esse crescimento financeiro contou com parcerias com bancos públicos como o BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Parcerias que permitiram um enorme crescimento da Rede de Bancos Comunitários e o aumento do impacto do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras. Passamos de gerenciar milhares de reais para gerenciar milhões, deixamos de pensar em impacto para centenas de pessoas para transformar a vida de centenas de milhares.

Porém, a relação com o sistema financeiro tradicional gerou uma certa dependência e um "engessamento" as regras dos bancos comerciais, completamente antagônicas e incompatíveis ao sistema de finanças solidárias dos Bancos Comunitários que prima por serviços financeiros diferenciados, fortalecendo o poder local e garantindo um investimento na capacidade produtiva dos mais pobres. Só com instituições financeiras democráticas, de baixo para cima, com o protagonismo da comunidade será possível combater as desigualdades e promover a justiça social. Os Bancos Comunitários nasceram pra ser essa alternativa ao sistema financeiro cruel e concentrador do Brasil.

Hoje nos sentimos mais preparados para começar a criar ferramentas independentes e baseadas nos princípios da Economia Solidária. Em 2015



20<sup>th</sup> Anos  
Banco Palmas



lançamos o E-dinheiro, a nossa plataforma de Banco Comunitário Digital, facilitando o acesso a uma moeda social digital, transferências eletrônicas, compras locais, pagamento de boleto, crédito para celular, microsseguros e mais serviços financeiros solidários com alta tecnologia, sem dispensar a presença e o controle humanizado dos Bancos Comunitários.

A estratégia digital nos permite pensar numa escala maior visando a sustentabilidade e independência financeira dos Bancos Comunitários. Entramos com força no mundo das moedas virtuais, criptomoedas, BlockChain e outros modelos. Acreditamos pela experiência própria em sistemas descentralizados e distribuídos, principalmente quando falamos do mundo financeiro, e claro na democratização da produção do dinheiro, que hoje é refém de um sistema privado e sem transparência. Porém não queremos entrar em jogos especulativos, moedas que em alguns aspectos compartilham as características que criaram a desigualdade que enfrentamos há décadas. Estaremos sempre do lado daqueles que acreditam na capacidade produtiva dos pobres e que querem construir economias, sistemas e moedas que apóiam a capacidade e o valor do ser humano. A verdadeira riqueza não se cria de forma individual, como defende a receita do mercado neoliberal, apenas buscando o interesse próprio. A riqueza se gera de forma coletiva, precisamos dos outros para criar valor e somos felizes, isso acontece a partir dos intercâmbios, das trocas, e da valorização do outro. Isso foi o que aprendemos 20 anos atrás quando nos perguntamos "por que somos pobres"? E continuamos nesse processo em construção.

Passadas duas décadas, nosso desafio daqui pra frente vai ser o convencimento das instituições democráticas desse país a utilizarem os serviços dos Bancos Comunitários. Os gestores públicos, partidos políticos, sindicatos, Ongs, movimentos sociais, Igrejas, associações, empreendimentos solidários em geral podem pagar seus fornecedores, funcionários, fazer suas

compras e vendas, viabilizar seus programas e políticas sociais utilizando os Bancos Comunitários. Nossa plataforma digital permite que qualquer Instituição crie seu próprio Banco Comunitário e se associe a Rede Brasileira de Bancos Comunitários integrando a governança colaborativa do mesmo.

Os trabalhadores, os consumidores, moradores de bairros e comunidades podem mais do que serem usuários dos Bancos Comunitários, estes devem se rebelarem junto as suas áreas de influência exigindo que optem pelos serviços dos Bancos Comunitários e outras formas de Finanças Solidárias, em defesa da democracia econômica, sem a qual não haverá distribuição de riqueza e igualdade social.

Nessa caminhada de lutas e fazimentos por todo o Brasil quis a história que chegássemos aos 20 anos desembarcando em Maricá-RJ, a cidade que criou um ousado programa de Economia Solidária, baseado na distribuição de renda, inclusão social, geração de riquezas coletivas e finanças solidárias. Os Bancos Comunitários com sua plataforma e-dinheiro será o agente financeiro dessa revolução econômica. Nos próximos meses dezenas de milhares de maricaenses farão sua adesão ao Banco Comunitário local que vai operar milhões de reais das políticas públicas do município.

20 anos é apenas o começo. Hoje renovamos nosso compromisso por uma revolução econômica e digital, distribuída e descentralizada em todos os cantos do Brasil.

Sim, nós somos possíveis, estamos conectados!!!



20<sup>os</sup> anos  
Banco  
Palmas